



Ricardo Abramovay

O QUE É FOME

editora brasiliense

Copyright © by Ricardo Abramovay, 1983

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia da editora.

Primeira edição, 1983

9ª edição, 1991

4ª reimpressão, 2011

1ª edição *eBook*, 2017

Diretoria editorial: *Maria Teresa Lima*

Editor: *Max Welcman*

Revisão: *José W. S. Moraes*

Capa: *Alfredo Aquino*

eBook: *Ana Clara Cornelio, Bruna Cecília Bueno, João Pedro Rocha e José Eduardo S. Góes*

Produção: *Editora Hedra Ltda.*

editora e livraria brasiliense

R. Antônio de Barros, 1839 - Tatuapé, São Paulo - SP, 03401-001

www.editorabrasiliense.com.br

Sumário

Introdução

As doenças da fome

Apetite e subalimentação

Quantidade e qualidade

Fome parcial

População biologicamente vulnerável

Desmame precoce e desnutrição

Efeitos sobre a inteligência

Uma doença social

Fome e hábitos alimentares no Brasil

O mito da ignorância

Os EUA e a “fome de proteínas”

A fome de proteínas

Fome protéica ou calórica?

O brasileiro sabe comer?

A produção é suficiente?

Há alimentos para todos?

O apocalipse malthusiano

Quem não paga não come

Explosão demográfica: qual o real perigo?

A que se destinam a terra e a produção?

A terra abandonada

Pagando para não produzir

Exportar é o que importa?

Colonialismo e desnutrição

O bolso e a barriga

A Revolução Verde

A produção da miséria

O modelo alimentar do ocidente

Uma civilização carnívora

Doenças de degenerescência

Produtores ou redutores?

Produtores ou redutores?

Os lucros do desperdício

Alimentar prioritariamente os homens

O alimento como arma de dominação

A dependência crescente

“Mãos ao alto: eu vou te ajudar”

Mãos ao alto: eu vou te ajudar.

Conclusão

Indicações para leitura

Biografia

A Josué de Castro, pioneiro no conhecimento e na luta contra a fome.

Ao Zé Eli, pelas águas passadas, e as que estão por vir.

Introdução

“A terra será maldita por causa da tua obra: tu tirarás dela o teu sustento à força de trabalho. Ela te produzirá espinhos e abrolhos: e tu terás por sustento as ervas da terra. Tu comerás o teu pão no suor do teu rosto”.

(Gên. 3, 17 a 19).

Desde as portas do paraíso, o pão nosso de cada dia está entre as incertezas maiores da humanidade. Produzir, armazenar e distribuir regularmente alimentos, de forma a escapar da penúria, eis um objetivo que permanece em toda a História. Que nossos antepassados tenham conseguido sucessos apenas parciais, na perseguição desta meta, não chega a causar espanto, dado o precário domínio sobre a natureza das sociedades que nos precederam.

Entretanto, a angústia que a refeição de amanhã representa hoje para centenas de milhões de seres humanos é sem dúvida o maior escândalo já conhecido no planeta, desde a fatal mordida da maçã. Por qual motivo tanta gente passa fome? Por falta de comida, diria o conselheiro Acácio. Por incrível que pareça, sua resposta está longe da realidade: nos dias de hoje não se pode mais identificar fome e escassez. Ao contrário, os subalimentados que nos cercam (e que constituem quase a metade de nossa espécie) vivem num mundo de fartura e sobretudo de desperdício. É para a reflexão sobre esta grande contradição de nosso tempo – a convivência entre a fartura e a miséria alimentar – que convido o leitor neste pequeno livro. Sendo a fome um fenômeno de caráter biológico, resumo seus terríveis resultados sobre o organismo humano logo no primeiro capítulo. Sendo ela entretanto uma doença social, procuro nas páginas seguintes descobrir por que, apesar da generosidade da natureza, nossa organização social tem sido tão mesquinha com a maioria dos homens.

As doenças da fome

Apetite e subalimentação

Como ocorre todos os dias entre meio-dia e uma hora, dona Maria ouve o rangido do portão, o passo apressado de seu filho e a frase de sempre: “Oi mãe! Tô morrendo de fome. O almoço vai demorar?”. Pedrinho já sabe a resposta e embora ignore o que terá sobre a mesa, ele tem certeza de uma coisa: a sensação de *fome* com que ele entrou em casa em breve será saciada.

Neste mesmo momento, d. Maria liga o rádio e ouve no noticiário: “Cerca de 20 milhões de crianças morrem de fome anualmente, em todo o mundo, segundo relatório da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação”. Desliga o rádio e grita: “Pedrinho, tá na mesa, vem”.

Como se pode notar, a palavra *fome* tem um significado bem diferente na voz alegre de Pedrinho e no tom grave do locutor. Num caso, ela significa *apetite*, vontade de comer, um fenômeno instintivo, como, por exemplo, a respiração. Sem este instinto não teríamos o impulso, a motivação para nos alimentarmos. Mas não é disso que o locutor do rádio está falando. Ele refere-se à fome num outro sentido, como sinônimo de *subalimentação*. Aqui não se trata mais do instinto, do apetite, mas sim do fato de que este instinto não é satisfeito.

Enquanto sinônimo de apetite, o dito popular está certo: a fome se junta à *vontade* de comer. Mas como subalimentação, fome é *impossibilidade* de comer, de satisfazer este instinto.

Além de lembrar ao leitor este duplo significado da palavra fome, quero chamar sua atenção para uma particularidade do instinto do apetite: diferentemente de todos os outros, este é o único instinto cuja satisfação exige uma *atividade econômica*: a produção e a distribuição de alimentos, seja ela a simples coleta feita por uma tribo do neolítico, ou a produção de salsichas em lata por uma multinacional.

Portanto, o estudo da fome exige sempre a associação de duas disciplinas: as ciências sociais e econômicas, que procuram responder *por que os*

indivíduos têm fome, e as ciências biomédicas, que analisam as *consequências* da subalimentação sobre o organismo humano. Vejamos então a seguir como pode ser definida a subalimentação e de que maneira ela prejudica o indivíduo, para examinarmos, nos próximos capítulos, os fundamentos socioeconômicos do problema.

Quantidade e qualidade

O que é, exatamente, a má alimentação? É preciso reconhecer, em primeiro lugar, o caráter polêmico da resposta a esta questão, pois ela envolve gostos e padrões culturais que não são absolutamente homogêneos. Alimentar-se bem para um faquir não é o mesmo que para um gastrônomo. A carne de porco, um dos quitutes da cozinha mineira, é rigorosamente interdita para os judeus. Da mesma forma, não passaria pela cabeça de alguém da classe média paulista ingerir os alimentos bárbaros do sertão que salvam a vida de milhares de nordestinos em épocas de seca.

Evidentemente, à medicina não cabe enfiar a colher nessa cozinha. O cientista, sejam quais forem seus gostos, não é um mestre-cuca. Sua contribuição à solução dos problemas alimentares humanos depende de sua capacidade de responder a duas questões: 1) quais são, independentemente dos alimentos que cada povo consome, as necessidades nutricionais do ser humano? 2) quais são os alimentos que podem satisfazer estas necessidades e em que quantidades devem ser eles consumidos?

Se estas duas questões forem respondidas, não será difícil caracterizar quais as situações orgânicas que podem ser descritas como de fome. E, felizmente, até aí os progressos da medicina foram grandes. Bem maiores, aliás, lamentavelmente, que a solução prática dos problemas que ela iluminou...

A primeira condição para uma alimentação boa é de ordem quantitativa: é impossível alimentar-se bem comendo pouco. Mas o que é este *pouco*? Se os alimentos são tão diferentes entre si, como saber qual é sua capacidade em saciar o apetite e satisfazer nossas necessidades? Podemos comparar o organismo humano, para abordar esses problemas, a uma caldeira. Não se trata de uma comparação arbitrária, pois da mesma forma que o calor da caldeira, a vida do nosso corpo consiste num processo de combustão. A função que na caldeira é desempenhada pela lenha, no nosso corpo é preenchida pelos alimentos que ingerimos. Tudo que comemos transforma-se na energia necessária para mantermos nossas atividades diárias.

Um primeiro critério, portanto, para definir uma boa alimentação é o de que a energia consumida sob a forma de alimentos seja ao menos equivalente à energia gasta no trabalho do organismo. Para as crianças, as grávidas e as mães em amamentação, o consumo deve ser maior que o gasto para possibilitar a formação de uma reserva que será utilizada para o crescimento do organismo, a formação do leite ou do feto.

Exatamente pelo fato de os alimentos serem muito diferentes e não possuírem todos o mesmo poder energético e restaurador, a medicina os reduz a uma medida comum equivalente a sua *capacidade de produção energética*: a caloria. Mesmo quem nunca ouviu falar neste termo sabe que cem gramas de feijão “sustentam” muito mais que cem gramas de morango: é que, de fato, o feijão é dez vezes mais *calórico* que o morango, isto é, ele possui uma capacidade de abastecimento energético dez vezes superior a do morango.

A partir daí, podemos estabelecer uma primeira diferença importante entre o homem e a caldeira. Enquanto nesta o calor produzido – o trabalho da caldeira – só pode ser equivalente à quantidade de lenha colocada na boca do forno, o mesmo não ocorre com o ser humano, que tem a capacidade de gastar mais energia do que consome, isto é, comer menos do que comia e continuar trabalhando no mesmo ritmo que antes. Quem alguma vez já fez regime sabe os efeitos desta desproporção entre o que se despende e o que se ingere: o emagrecimento. Mas quando esta diferença dura um tempo mais ou menos longo a consequência acaba sendo a desnutrição.

A fome é, portanto, em primeiro lugar, um fenômeno quantitativo, que pode ser definido como a incapacidade de a alimentação diária fornecer um total calórico correspondente ao gasto energético realizado pelo trabalho do organismo. Os especialistas chamam esta primeira forma de fome de *global, energética* ou *calórica*.

Fome parcial

Mas nem só de pão vive o homem. Do ponto de vista das ciências da nutrição esta frase é de uma profunda sabedoria. Ela nos revela uma outra diferença fundamental entre o homem e a caldeira. Esta, ao queimar a lenha, mantém inalteradas as estruturas da máquina de combustão. As peças da máquina vão sofrendo pouco a pouco um desgaste no fim do qual seu proprietário comprará uma nova caldeira. Mas estas peças não têm a capacidade de se renovar no processo de combustão. Ora, o que caracteriza os seres vivos é exatamente esta renovação incessante das peças da máquina, isto é, de seus corpos. Nossas células estão em constante processo de recomposição.

Isso significa, portanto, que, além de fornecer energia ou calorias, a alimentação deve cumprir outra função: a de oferecer ao organismo as matérias-primas sobre as quais ele vai apoiar esse trabalho de restauração de suas estruturas básicas. Embora o corpo humano seja capaz de produzir – ou, como dizem os químicos, sintetizar – várias substâncias de que necessita, esta síntese depende, em última análise, do que encontramos fora de nós: do ar, do calor, da água e dos alimentos que ingerimos.

Hoje em dia é certo que o perfeito funcionamento do organismo humano depende da absorção permanente de 36 substâncias cuja análise foge, evidentemente, aos propósitos deste livro, mas que podem ser divididas em três grupos: proteínas, vitaminas e minerais. A ausência constante de qualquer destas substâncias na alimentação (pois é basicamente aí que elas podem ser encontradas) determinará cedo ou tarde lesões orgânicas. Nesse sentido podemos falar de uma segunda forma de fome, mais discreta que a calórica, mas nem por isso menos grave: é a *fome parcial ou específica*, que ocorre quando qualquer dessas substâncias vitais está ausente da alimentação, ou quando, embora estejam todas presentes, aparecem numa quantidade inadequada.

A definição de fome parcial ou específica é importante porque não só por insuficiência de comida se tem fome, mas também por *monotonia* ou

desequilíbrio alimentar. Por mais que a combinação entre farinha de mandioca, feijão, açúcar, café e um pouco de carne seca forneça um total calórico suficiente para um trabalhador do Nordeste (o que na maior parte das vezes não é o caso), ele ainda assim estará subalimentado: faltam-lhe os chamados alimentos protetores, as proteínas, vitaminas e minerais presentes no leite, nos ovos, nas carnes, frutas e verduras frescas e ausentes de sua alimentação. Ainda que haja adequação calórica em seu regime alimentar (isto é, ainda que o total energético gasto seja igual ao ingerido) ele estará subalimentado, e isso poderá provocar-lhe doenças graves.

Vamos estudar algumas das manifestações destas doenças e você vai ver como a fome ataca de forma sorrateira, através de doenças que você nunca imaginou que poderiam matar ou que fossem provocadas por má alimentação.

População biologicamente vulnerável

Ligo para o cartório de um bairro pobre de São Paulo e pergunto:

“O senhor tem aí o registro de causas das mortes de crianças até cinco anos?”.

O funcionário estranha minha questão e retruca: “Tenho sim, mas para que o senhor quer isso?”. Sem

mais explicações, lanço-lhe à queima-roupa: “Tem alguém aí que morreu de fome?”.

“De fome? Ah, isso não tem não senhor. Aqui tem sarampo, pneumonia, desidratação, mas fome não”.

Conclusão: pelo registro de óbitos, não se morre de fome no Brasil. E, pensando bem, num certo sentido, o registro tem razão: na maior parte das vezes, não é um jejum total e absoluto que provoca a morte. Se a fome mata, é porque ela enfraquece o indivíduo, abrindo as portas para doenças que, num organismo sadio, seriam banais, mas que para o faminto costumam ser fatais. O que o funcionário do cartório talvez não soubesse é que sarampo, pneumonia, desidratação e outras doenças infecciosas são na maior parte das vezes consequência e não causa: consequência de uma alimentação pobre e insuficiente. Examinemos mais de perto este problema.

As mais sérias vítimas da má alimentação situam-se entre aquilo que os especialistas chamam de *população biologicamente vulnerável*: crianças até quatro anos, mães em amamentação e gestantes. Isso por dois motivos básicos. Primeiramente, esta é a faixa da população mais sensível a doenças infecciosas e que mais necessita ser protegida pela boa alimentação. Além disso, abatendo-se sobre a população biologicamente vulnerável, a fome vai deixar-lhe certos traços e deformações que serão absolutamente irreversíveis. Nesse setor, e sobretudo entre as crianças, a fome não faz apenas sofrer no imediato: ela rouba do indivíduo boa parte daquilo que seu potencial genético estava destinado a realizar. Por isso, é sobre as crianças

que se concentra o essencial das preocupações dos especialistas sobre o assunto.

A desnutrição tem frequentemente início antes mesmo do nascimento, na vida intrauterina. Uma gravidez saudável fornecerá normalmente à criança um peso ao nascer suficientemente elevado para protegê-la dos inúmeros ataques do meio exterior a que estará sujeita quando abandonar o útero materno. Os especialistas consideram que esse peso mínimo é de 2,5 quilos. Ora, nos países desenvolvidos, apenas 5% das crianças nascem com menos de 2,5 quilos. Já nos países pobres, esta proporção sobe para 17%: de 125 milhões de crianças que nascem anualmente nas nações subdesenvolvidas, 21 milhões vêm ao mundo com menos de 2,5 quilos. Para avaliarmos o significado deste dado basta lembrar que a taxa de mortalidade das crianças com peso baixo ao nascer é vinte vezes superior à de outros recém-nascidos. Por quê?

Em primeiro lugar, o *sistema imunológico* do desnutrido é defeituoso. Em muitas famílias de classe média tem-se o hábito de, quando algum filho é atingido pelas chamadas doencinhas de criança (catapora, rubéola, por exemplo), colocar-se todos os irmãos no mesmo quarto para que peguem a infecção. Isso porque é muito menos desagradável uma doença destas na infância que na adolescência ou na idade adulta. A mãe, ao tomar esta atitude, está certa de que não expõe os filhos a nenhum risco maior: sabe que o organismo da criança tem um funcionamento normal e que a consequência da doença será a criação dos anticorpos que evitarão a moléstia em período posterior da vida.

Se numa família pobre a mesma atitude for tomada, os resultados podem ser desastrosos: o organismo do desnutrido assemelha-se ao de crianças que nascem com o sistema imunitário defeituoso ou o de quem sofre de leucemia. Em outras palavras, as células que deveriam constituir o batalhão de defesa contra agressores externos não funcionam de maneira adequada. Um exemplo: todos nós possuímos uma glândula perto da tireóide que se chama timo e que é responsável pelo nosso sistema imunitário. Pois bem, esta glândula no desnutrido chega a pesar de dez a quinze vezes menos que na criança normal.

Uma simples diarreia que, em mim, em você ou numa criança bem nutrida constitui um incômodo passageiro, pode ser fatal para a criança faminta. Seu intestino é, por assim dizer, “careca”, isto é, não possui as bactérias responsáveis pela digestão normal. E de onde vêm essas bactérias? Da alimentação que, sendo escassa, expõe esses frágeis corpos à ação de verminoses que lhes roubam o pouco ferro e a pouca proteína de que dispõem. Mas é preciso não inverter os termos da equação: eles não são desnutridos porque atacados por vermes, mas, ao contrário, deixam-se atingir tanto pelas verminoses justamente em função de sua desnutrição. Ao afetar uma criança bem alimentada, as verminoses não revelam esse poder destrutivo que lhes é propiciado pelo intestino do desnutrido.

Se essa criança subalimentada resistir ao ataque das doenças infecciosas ou dos vermes que fazem com que os filhos dos pobres tenham muito menos chances de sobreviver que os dos ricos, essa infância de fome marcará sua existência de maneira irreversível. Primeiramente, seu crescimento será mais lento que o das pessoas bem alimentadas. Embora nem todos os “baixinhos” sejam desnutridos, não há dúvida de que a maioria dos desnutridos é constituída por “baixinhos”, isto é, por indivíduos cuja alimentação deficiente impediu a realização de todo o potencial genético previsto para o seu crescimento. Não é à toa que a estatura média dos japoneses vem aumentando desde que suas condições alimentares melhoraram sensivelmente, sobretudo após a 2ª Guerra Mundial. Da mesma forma, não há nada de genético na baixa estatura dos nordestinos: eles têm o tamanho inversamente proporcional à sua fome. A desnutrição retarda a ossificação e, por isso, a criança apresenta sempre uma estatura inferior à de sua idade cronológica.

Desmame precoce e desnutrição

Do ponto de vista clínico, os médicos localizam duas principais doenças decorrentes da desnutrição nas crianças. A primeira delas, que se manifesta em geral a partir de uns seis meses, chama-se *kwashiorkor*, expressão da língua *ashanti*, de Ghana (Oeste da África), que significa *criança a mais*. Por que *a mais*? Porque é a doença que o filho adquire quando nasce seu irmão, que vai retirar seu lugar junto ao seio materno. O menino desmamado passa a ser uma criança *a mais*, e a vinda ao mundo do novo bebê marca a passagem do filho mais velho para uma alimentação monótona e paupérrima em proteínas. A grande causa do *kwashiorkor* é sobretudo o déficit protéico, determinado pela perda deste nutriente em função do desmame.

O *kwashiorkor* não provoca o emagrecimento da criança, mas um inchaço nos braços, pernas, costas e mãos, que pode até dar a impressão de gordura, mas que, na realidade, é uma cruel marca da fome. Os cabelos se descoloram e caem, de tão fracos, e a pele apresenta sinais que poderiam ser confundidos com uma queimadura. O fígado não consegue mais assimilar as proteínas e deixa-se tomar pelas gorduras. Esta degenerescência gordurosa do fígado impede que ele desempenhe seu papel de “filtro” e que produza as enzimas necessárias à digestão. Além disso, há uma deterioração da mucosa intestinal, e o resultado de tudo isso é que a criança vai perdendo sua capacidade de produzir anticorpos e de defender-se contra as agressões microbianas ou virais.

É por estes motivos que as crianças portadoras de *kwashiorkor* são apáticas, retraídas, estáticas, têm um aspecto miserável e manifestam pouco interesse pelo ambiente que as cerca. São crianças tristes que muitas vezes atingem a idade de dois ou três anos sem andar nem engatinhar. Sua apatia é tanta que permanecem na mesma posição em que foram colocadas durante horas. Sua própria interação com a mãe, seu poder de manifestar suas necessidades e, por aí, despertar a ação do instinto maternal é limitada pelo estado apático em que se encontram.

A segunda forma característica da desnutrição, o *marasmo*, aparece logo nas primeiras semanas de vida. Trata-se de um déficit calórico global (diferentemente do *kwashiorkor*, em que o déficit é sobretudo protéico) que se manifesta também por ocasião do desmame. A criança emagrece subitamente, sem que sua desnutrição seja encoberta pelo inchaço típico do *kwashiorkor*. A gordura da pele desaparece, tornando salientes e angulosos os ossos do rosto, das costas, dos braços e das pernas. A criança adquire um aspecto que evoca a velhice precoce e pode chegar a menos de 60% de seu peso normal.

É importante sublinhar que, apesar de sua grande incidência no Terceiro Mundo, o *kwashiorkor* e o marasmo são formações extremas de desnutrição e representam, de certa forma, a ponta de um *iceberg*. A desnutrição moderada, discreta, invisível acompanha dezenas de milhões de crianças em todo o planeta. Não são casos que exigem hospitalização e tratamento médico específico. A fome aí rói o indivíduo de forma lenta e paciente, mas nem por isso menos prejudicial a sua saúde.

Efeitos sobre a inteligência

Resta-nos ver ainda, neste resumo das principais consequências orgânicas da desnutrição, a sua influência sobre o desenvolvimento mental do indivíduo. Para a maior parte dos leitores, esta questão não deveria dar lugar a qualquer tipo de dúvida: se a fome retarda a ossificação, prejudica o sistema imunitário, impede o perfeito funcionamento intestinal, é de se crer que ela atinja também a inteligência de sua vítima. Mas esta é uma visão, no mínimo, unilateral das coisas: diferentemente da ossificação, do sistema imunitário e do funcionamento intestinal, a inteligência depende não só de fatores orgânicos, mas também – numa medida extremamente importante – de determinações emocionais e pedagógicas. Em outras palavras, o que vai interferir sobre a inteligência da criança não é apenas o que ela come, mas o conjunto de sua relação com o mundo que a cerca, os estímulos que lhe são oferecidos, o amor que recebe e a atenção que lhe é consagrada pelo ambiente doméstico.

Do ponto de vista orgânico, vários especialistas afirmam que a desnutrição é responsável por prejuízos na formação cerebral. O próprio feto seria, no caso, vítima da desnutrição materna, pois até o sétimo mês de vida formam-se de 10 a 12 bilhões de neurônios, fatores básicos da inteligência, cuja evolução é bloqueada pela desnutrição.

No entanto, pesquisas recentes demonstram que mais importante que estes fatores orgânicos é a falta de estímulos que caracteriza a vida do desnutrido. Insatisfeita em suas necessidades alimentares, a criança queixa-se até um certo momento, a partir do qual ela “adapta-se” a essa situação reduzindo seu ritmo metabólico, diminuindo a intensidade de suas atividades físicas e de seu próprio crescimento. É como se todos os instintos da criança se colocassem de acordo na montagem de uma estratégia de sobrevivência, cuja lei básica seria repousar o máximo e cansar-se o mínimo.

Com isso, a criança dorme anormalmente, pára de brincar, de se interessar pelo mundo que a cerca, voltando-se para uma única finalidade, para a busca desesperada da autopreservação. É claro que, independentemente das

repercussões diretamente cerebrais da desnutrição, estes fatores de ordem emocional prejudicam profundamente a inteligência, que é um traço especificamente humano, na medida em que caracteriza a própria socialização de nossa espécie. E a reação da criança à falta de alimentos é exatamente voltar-se para si própria, a antissocialização. Felizmente, os efeitos deste embotamento precoce das atividades mentais não parecem irreversíveis. Passando de um ambiente em que imperam a fome e a apatia a um regime alimentar saudável e a uma situação de estímulo intelectual, o indivíduo reage de maneira surpreendentemente positiva. Prova disso é que os cursos de pós-graduação nos Estados Unidos são frequentados por inúmeros estudantes nascidos na Coreia durante a violenta guerra que atingiu aquele país e adotados por famílias norte-americanas. Vários destes estudantes, comprovadamente, sofreram formas graves de desnutrição no início da vida e, apesar disso, seu desempenho escolar é perfeitamente normal.

Esta é uma conclusão importante, pois derruba o mito de que a fome torna os povos pobres pouco aptos para enfrentar o desafio do desenvolvimento. Se os efeitos da desnutrição sobre a inteligência humana fossem irreversíveis, aí sim, poderíamos falar de uma incapacidade dos povos pobres para assumir as rédeas de seu destino. Mas não é isso que as pesquisas mais recentes descobriram. O que elas mostram, ao contrário, é que – no que se refere à inteligência – a boa alimentação e um ambiente de estímulo e afeto podem devolver ao indivíduo aquilo que a fome e o desespero lhe haviam retirado: sua capacidade de pensar e intervir no mundo em que vive.

Uma doença social

Ao atingir grandes massas humanas, a fome não prejudica apenas o indivíduo, mas torna doente a própria sociedade por onde se propaga. Vejamos três das mais importantes manifestações dessa doença social.

1. O rendimento escolar do faminto costuma ser pior que o do bem nutrido. Não que a criança pobre tenha um potencial intelectual inferior ao da rica. Absolutamente. Mas a fome, por um lado, e a falta de estímulo com que a criança se defronta em grande parte das famílias de baixa renda são fatores que prejudicarão sua capacidade de aprendizagem. O índice de repetência e abandono da escola é tanto maior quanto menores são as possibilidades econômicas da família.

Ora, com isso, o país perde duplamente. Por um lado, a criança desnutrida de hoje será o trabalhador pouco qualificado de amanhã. E todo um potencial de inteligência e criatividade totalmente desperdiçado. Se é verdade que a maior riqueza de um país é seu povo, o tamanho desta riqueza depende em grande parte da capacidade deste povo. Nesse sentido, não há dúvida de que é impossível construir uma grande nação sobre a base de uma massa faminta, pouco instruída e pronta apenas a ser pau pra toda obra.

2. Além disso, é preciso lembrar que o trabalhador pouco qualificado é em geral mal remunerado. E quanto pior é a remuneração da base da sociedade, da grande massa, menor tende a ser seu mercado interno, o que limita imensamente suas possibilidades de desenvolvimento econômico.

3. Evidentemente, o custo social e humano da fome é tão alto que não pode sequer ser contabilizado, salvo num aspecto: o que concerne à previdência social. Médicos da Universidade de Londrina (PR) realizaram um estudo onde comparam o custo econômico do atendimento hospitalar a desnutridos com o custo daquilo que seria uma dieta equilibrada para estas crianças. Conclusão: o que foi gasto

no atendimento a 81 crianças em estágios variados de desnutrição seria suficiente para alimentar de maneira adequada nada menos que 430 crianças até a idade média em que aquelas 81 foram hospitalizadas. O gasto com atendimento hospitalar a desnutridos poderia, de maneira muito mais rentável, ser investido – em lugar da tentativa de cura sempre provisória e restrita ao tempo em que a criança permanecer no hospital – na prevenção do mal: investido em alimentação para as populações carentes.

Mas, além desse custo social e econômico da fome, é preciso citar também o seu custo político.

Não é à toa que a maior parte dos regimes ditatoriais no mundo existem em países onde impera uma grande desigualdade social. É muito difícil a estabilização política pacífica, o respeito por determinadas instituições como a propriedade, por exemplo, num ambiente marcado pelo contraste entre a opulência e a miséria. Os saques que surpreenderam a cidade de São Paulo logo no início do primeiro governo eleito após o Golpe de 1964, em abril de 1983, são um bom exemplo do foco permanente de instabilidade política representado pela fome massiva.

A desnutrição, quando atinge certo ponto, faz aflorar no homem seus instintos mais destrutivos (e que paradoxalmente são também instintos de sobrevivência) diante dos quais só há duas possibilidades: a satisfação de suas necessidades ou a repressão sistemática, a montagem de um corpo armado, capaz de defender os que têm contra os que não têm. Nesse sentido, e esta é uma questão que nos interessa de perto, todo o esforço de construção de uma estrutura institucional capaz de auxiliar um processo democrático em nosso país terá pés de barro, desde que não seja rapidamente eliminado o flagelo da fome. Mas quais são, na verdade, as dimensões deste flagelo entre nós? É o que examinaremos no próximo capítulo.

Fome e hábitos alimentares no Brasil

Os sete países mais ricos do mundo vêm se reunindo todos os anos, já há algum tempo, para discutir os grandes problemas econômicos internacionais. Se abrissem mais uma vaga e convidassem um oitavo, estaríamos lá. Pois é, o Brasil, do ponto de vista econômico, detém recordes dos quais é possível que você se orgulhe: oitava maior economia do Ocidente, quarto maior exportador mundial de produtos agrícolas, dono da maior hidrelétrica do planeta e a lista poderia continuar.

Mas quando fossem examinados os indicadores sociais de cada um destes países, o seu orgulho nacional ficaria seriamente abalado. E entre estes indicadores, um dos mais relevantes refere-se justamente a nossa situação alimentar.

Somos um dos poucos países do mundo subdesenvolvido onde foi realizado um levantamento nacionalmente representativo das condições alimentares da população. É uma tarefa difícil e cara mas que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com assessoria da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, resolveu enfrentar. Os técnicos do IBGE visitaram nada menos que 56 mil domicílios em todo o país (áreas rurais, urbanas e metropolitanas) e em todas as faixas de renda, desde os mais pobres aos mais ricos. Isto foi em 1974 e 1975 e os resultados – até hoje não totalmente divulgados – podem ser encontrados no *Estudo Nacional de Despesa Familiar – ENDEF*.

As conclusões a que chegou o ENDEF (esta verdadeira radiografia das condições alimentares de nosso povo) são estarrecedoras. Em 1974, éramos o *sexto país do mundo em população gravemente desnutrida*, isto é, pessoas que ingeriam menos de 1.600 calorias diárias: é o que você gastará se passar o dia inteiro deitado, em repouso, sem nenhuma atividade que não seja puramente vegetativa. Pois bem, em 1974, cerca de 13% da população brasileira (num total de 13,5 milhões de pessoas) era constituída por esta massa de mortos-vivos pela fome. Na nossa frente, neste triste desempenho, vinham a Índia, a Indonésia, o Bangladesh, o Paquistão e as Filipinas.

Mas estes 13,5 milhões de pessoas representavam apenas a manifestação mais alarmante de um fenômeno ainda maior. A subnutrição no Brasil não se reduz apenas a esses drásticos casos de inanição absoluta. Por trás desta situação mais grave existe uma imensa massa de subnutridos “discretos”, que não estão à beira da morte por fome, mas cujo organismo deixa-se diariamente corroer pela alimentação insuficiente. Ao todo, somando-se os casos graves e discretos, o ENDEF chegou à conclusão de que *67% da população brasileira era subnutrida*. Portanto, o primeiro dado importante no estudo da alimentação do brasileiro é este: *dois terços da população ingerem um total calórico que se situa abaixo das necessidades mínimas*.

O mito da ignorância

Mas num país tão grande, com safras agrícolas tão importantes, como é possível que tanta gente passe fome? Experimente fazer um pequeno inquérito particular entre seus conhecidos e verá que muitos deles atribuem a responsabilidade da fome, em última análise, ao próprio faminto, dizendo que “pobre não sabe comer”. A subnutrição é devida, sob este ponto de vista, aos hábitos alimentares supostamente inadequados da população de baixa renda. Se o pobre é faminto é por causa de sua ignorância, de sua incapacidade de distribuir racionalmente seus gastos, de forma a compor uma cesta alimentar bem equilibrada.

Há muitos anos, num programa de televisão, um velho político populista pontificava: “Se no Nordeste do Brasil come-se pouco ovo, a razão é simples: nordestino não gosta de ovo”. É como se dissessem ao faminto: “você é pobre, mas ao menos para comer direito poderia fazer um pequeno esforço. Se não come, a culpa é sua”.

Este tipo de ideia é tão difundida entre as populações dos países subdesenvolvidos que faz com que a fome seja vivida como um problema individual e não social, como se houvesse os pobres bem alimentados, por um lado, e os pobres famintos, por outro. O traço comum entre os dois não estaria na miséria, mas na atitude de cada um diante da miséria. Um seria o pobre “formiga”, o outro, o pobre “cigarra”, um, previdente e econômico, o outro, irresponsável e gastador.

Solução: mudar o espírito de “cigarra” do pobre, transformá-lo em pobre “formiga”, sem no entanto tocar na sua pobreza. Em outras palavras, segundo esta concepção, de nada adianta aumentar a renda dos pobres, já que eles a gastariam no botequim e não no armazém. O papel do governo ou o dos ricos não é então o de colocar dinheiro nas mãos de quem não sabe em que gastar, mas, em primeiro lugar, ensinar ao pobre como se deve comer, ou seja, promover uma profunda modificação em seus hábitos alimentares.

Antes de estudarmos de que maneira o ENDEF joga por terra essa mistificação a serviço da injustiça social, convém sublinhar que este preconceito de que o faminto não *sabe* comer não é exclusivamente brasileiro. Mais que isso: durante os anos 1940 e 1950, ele ganhou um estatuto de verdade científica, tendo sido legitimado por instituições internacionais de grande projeção. Evidentemente, a roupagem com a qual os cientistas vestem um preconceito social costuma assumir uma apresentação mais elegante e sofisticada que sua surrada versão popular. Mas o conteúdo não muda grande coisa. Assim, em 1941, foi criado nos Estados Unidos o Comitê sobre Hábitos Alimentares, ligado ao Conselho Nacional de Investigações, cujo objetivo, entre outros, era estudar as possibilidades de adequação dos hábitos alimentares considerados incultos e pouco eficientes, espalhados pelo mundo, às grandes conquistas que os norte-americanos julgavam ter feito no campo das ciências da nutrição.

O essencial destas conquistas estava na ideia de que a fome nas partes pobres do mundo podia ser explicada pela miséria das “dietas tropicais” e sobretudo por sua incapacidade de satisfazer as necessidades de *proteínas* do corpo humano. A fome, sob este ponto de vista, explicava-se não pelo fato de as pessoas comerem pouco, mas por comerem mal, por ingerirem alimentos biologicamente pobres e sobretudo de baixo teor protéico.

O impacto deste tipo de abordagem dos problemas da nutrição era tal que as próprias Nações Unidas criaram, durante os anos 1950, um comitê especial (o Protein Advisory Group) para estudar como seria possível estimular o consumo de proteínas nos países pobres.

Os EUA e a “fome de proteínas”

Mas aqui a história começa a ficar cabeluda e oferece-nos um bom exemplo de como, muitas vezes, a produção intelectual deixa-se guiar (consciente ou inconscientemente) por interesses econômicos que nada têm a ver com a “pureza” da ciência. O diagnóstico da crise das proteínas (de que a subalimentação decorria do fato de os pobres não comerem alimentos qualitativamente adequados às necessidades biológicas humanas) coincide com um período particularmente próspero da agricultura norte-americana. A produção naquele país, durante os anos 1960, superava em muitas vezes o consumo interno, o que resultava em imensos excedentes agrícolas. Era necessário a qualquer preço desovar estes estoques, sob pena de as cotações agrícolas despencarem, levando consigo a prosperidade dos agricultores e da própria economia dos EUA.

A fome de proteínas

Exportar era, sem dúvida, a solução. Mas como exportar, se o mundo acabava de sair da guerra mais destrutiva até então conhecida em toda a história, não possuindo meios para pagar o que comprasse? A fórmula encontrada pelos norte-americanos para permitir a solução desse impasse foi, de fato, muito inteligente: os alimentos foram exportados em condições de pai para filho, com descontos reais que iam de 40% a 70%, larguíssimos prazos de reembolso e pagamento na própria moeda do país importador. Mas, como diz o matuto, quando a esmola é demais, o pobre desconfia: por que tanta generosidade?

É que esses alimentos baratos, ao chegarem no país de destino, desencadeavam uma verdadeira revolução nos hábitos alimentares da população: o trigo (principal cereal exportado pelos EUA) ia gradualmente substituindo o arroz, o milho, a mandioca e outros alimentos tradicionalmente consumidos. Mais que um alimento, o produto exportado pelos EUA tornava-se um símbolo de inclusão no mundo “civilizado”: a Kellog’s, por exemplo, escrevia nas embalagens dos produtos exportados para o Japão que o “trigo era o alimento de toda a população branca do globo”, induzindo à ideia de que a “superioridade” da civilização branca devia-se ao consumo deste cereal, como se o arroz, o milho, a mandioca e o feijão fossem comida de bárbaros ou animais.

Ora, uma vez criado esse hábito alimentar (e não foi preciso muito tempo para isso, tal era o poder da propaganda norte-americana em torno da suposta superioridade nutricional de seus produtos) os descontos anteriormente concedidos na venda do trigo foram suprimidos. Assim, os países cujas populações haviam abandonado ou reduzido o consumo de seus produtos tradicionais (entre eles o Brasil) e que, na sua maior parte, não produziam em quantidade suficiente o cereal vendido pelos EUA, deveriam pagar o trigo, a partir de meados dos anos 1960, a seu preço de mercado. Se durante os anos 1950 estas exportações abaixo dos preços de mercado representavam 1/3 das vendas externas norte-americanas, hoje elas não chegam a 5%: quem quiser trigo, que pague por ele. Desta forma, o

Japão, a Espanha, o Brasil e outros países tornaram-se clientes que fizeram com que a ajuda norte-americana durante os anos 1950 fosse retribuída e com grandes lucros para os EUA. O Japão, que recebeu, durante os anos 1950, US\$ 400 milhões de ajuda, havia comprado até 1974 mais de US\$ 20 bilhões de produtos agrícolas norte-americanos.

Este é apenas um exemplo para mostrar como o diagnóstico da “crise das proteínas” adaptava-se qual uma luva aos interesses econômicos dos EUA: ao invés de estimular o desenvolvimento dos recursos alimentares locais, os EUA tudo fizeram (inclusive sob o respaldo “científico” de que estes recursos locais eram pobres em proteínas) para inibi-lo. Desestimular a produção alimentar interna dos países pobres era a melhor maneira de ampliar o mercado de exportação para os produtos norte-americanos.

Pouco haveria a censurar nesses mecanismos se o diagnóstico da crise de proteínas fosse verdadeiro, isto é, se as chamadas dietas tropicais fossem de fato biologicamente pobres, exigindo uma permanente complementação vinda de alimentos que seriam mais nobres e, portanto, uma profunda modificação nos hábitos alimentares locais.

No entanto, hoje se sabe que este diagnóstico estava redondamente equivocado. Por um lado, as necessidades protéicas do organismo humano não são assim tão elevadas quanto se estimava durante os anos 1950. Além disso, verificou-se que as “dietas tropicais” são, na maior parte dos casos, bem mais ricas do que se presumia, inclusive em proteínas. A partir daí houve uma modificação importante na própria maneira de se encarar o problema da subalimentação.

Fome protéica ou calórica?

Pois bem, já que não se trata de uma crise de proteínas, em que consiste então o problema alimentar dos povos pobres? Em outras palavras, se é falso o diagnóstico anterior, cabe perguntar: o que é a fome no mundo subdesenvolvido? A resposta dos principais organismos internacionais a esta questão não deixa margem a dúvidas: a fome hoje é, antes de tudo, um fenômeno de natureza *quantitativa*, ou seja, embora suficientemente *diversificada*, a ponto de fornecer a maior parte dos nutrientes necessários ao organismo, a alimentação nos países pobres costuma ser *escassa*, situando-se abaixo do total calórico gasto pelo indivíduo. Na realidade, o que existe, em geral, não é tanto uma fome de proteínas, mas sim de calorias.

Aliás, a fome de calorias, ela sim, é capaz de determinar no ser humano uma carência de proteínas. Como assim? É que as proteínas só podem cumprir suas funções específicas de reparação, manutenção e crescimento do corpo caso as necessidades calóricas do organismo estejam preenchidas. Se houver déficit calórico, as proteínas são queimadas como se fossem palha: seu potencial restaurador nobre é torrado, desperdiçado. Nosso metabolismo preocupa-se em primeiro lugar em manter a caldeira acesa. É só quando há lenha suficiente na boca do forno que os alimentos nobres poderão cuidar de repor as peças gastas da máquina.

Isso significa então que, na maior parte dos casos, *só existem problemas protéicos porque existe um déficit calórico*. E, de fato, a Conferência Mundial sobre Alimentação, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação em 1974, não fala mais em crise de proteínas, e num documento recente desta instituição pode-se ler: “O principal problema para garantir uma dieta adequada na maioria dos países em desenvolvimento reside sobretudo na *quantidade de alimentos consumidos*. Em muitos casos, se se consumissem em maior quantidade os mesmos alimentos, a ingestão de energia e nutrientes seria adequada. Assim, portanto, *quando a ingestão de energia é adequada, geralmente o é também a ingestão de proteínas*”.

Ora, do ponto de vista econômico e social, esta mudança de ótica com relação à abordagem dominante durante os anos 1950 é fundamental. Se a fome se explica pelo fato de as pessoas comerem mal (alimentos biologicamente pouco adequados) então o remédio é *ensiná-las* comer bem, a compor suas refeições de maneira mais equilibrada. Isto poderia ser feito através de campanhas pelo rádio, pela televisão, escolas etc. O locutor diria: “Beba mais leite, é bom para a saúde; a mistura de feijão com arroz é extremamente nutritiva; ovos, carnes e verduras frescas fazem bem para você e seus filhos” e assim por diante.

Evidentemente cabe aqui uma pergunta: se’ o fator educacional tem um peso assim tão grande na subalimentação, por que até hoje ninguém teve a boa ideia de “ensinar o povo a comer melhor”? Meios de comunicação para isso é que não faltariam...

No entanto, se a fome se explica pelo fato de as pessoas comerem pouco, então o remédio é fornecer-lhes os meios para que possam comer mais. A melhor política para isso, evidentemente, é elevar o padrão de vida dos pobres – um remédio bem mais complicado que o sugerido anteriormente (ensinar os pobres a comer), já que isto supõe modificações profundas na própria estrutura da sociedade. Mas, sem dúvida, o único remédio capaz de cortar o mal pela raiz.

Em qual destes dois casos (hábitos alimentares inadequados ou insuficiência de renda por parte dos pobres) pode ser enquadrado o problema alimentar no Brasil?

O brasileiro sabe comer?

Existe uma belíssima canção de Dorival Caymmi que nos aproxima bastante da resposta à questão colocada: é a *Receita de Vatapá*: castanha de caju, pimenta malagueta, coco, camarão, farinha de mandioca e a mão da baiana, é claro – a mistura de todos estes ingredientes é um reflexo da própria mistura de que nós brasileiros somos feitos. O galego, o índio e sobretudo o negro, tão presentes em nosso espírito, nosso jeitinho e nossa música, não poderiam faltar em nossa mesa. Embora a história do Brasil, praticamente desde o descobrimento, confunda-se com a história da fome, ela aqui abateu-se com menos violência que nos países que não receberam a influência negra: é o caso do México, onde a monotonia do milho não era quebrada pelos produtos bárbaros consumidos pelos negros. As doenças da fome, no México, foram sempre, em função disso, muito mais graves que entre nós.

E hoje, como está a situação? Um vatapá, não é qualquer um que pode pagar seu preço. Será que a própria pobreza não faz com que as pessoas acabem limitando *qualitativamente* sua cesta de consumo, concentrando suas compras só em alguns produtos? Será que hoje a fome não vem do fato de os pobres se alimentarem *mal*?

Por incrível que pareça, a resposta do ENDEF a esta questão é negativa: os alimentos básicos que entram na alimentação dos ricos estão também presentes na mesa do pobre. Eu não estou falando, é claro, do faisão, do salmão, do caviar e do chocolate suíço, mas sim do arroz, feijão, açúcar, óleos, gorduras, carnes, ovos e leite. Isso não quer dizer que se você entrar na casa de uma família de boias-frias, de surpresa, encontrará todos estes produtos sobre a mesa. Mas se alguém observar o *comportamento* desta família durante um prazo mais ou menos longo, verá que estes alimentos estão presentes nas refeições, mas em *quantidades insuficientes* para uma dieta saudável.

Se essa insuficiência decorresse de um hábito alimentar inadequado, então esses alimentos biologicamente ricos estariam ausentes da refeição das

camadas de baixa renda. Mas não é isto que o ENDEF observou: eles estão presentes e ocupam entre os pobres um peso importante no seu orçamento. Mas como este orçamento é muito curto, eles não chegam a satisfazer as necessidades biológicas do organismo.

Mas um dos dados mais surpreendentes relevados pelo ENDEF é que, mesmo entre os mais pobres, no Brasil, não existe deficiência protéica. Por exemplo, aquelas famílias onde cada membro recebe o correspondente a 0,2 salário mínimo por mês ingeriam 53,4 gramas de proteínas diárias, sendo que o mínimo necessário é de 53 gramas. Essas pessoas então estavam bem alimentadas? Não. Por quê? Porque com 0,2 salário mínimo por membro da família (o que significa que uma família de cinco pessoas viveria com um salário mínimo) o sujeito só conseguirá alimentar-se bem se for filho do dono do armazém, isto é, embora contendo uma quantidade de proteínas suficiente, sua alimentação fornece-lhe uma quantidade muito baixa de calorias.

Dessa rápida análise do comportamento alimentar de nosso povo, podemos extrair três conclusões importantes:

1. Os hábitos ou tabus alimentares exercem um papel desprezível no comportamento nutricional da população brasileira. Não existem no Brasil os que sabem e os que não sabem comer. Existem os que podem e os que não podem ter acesso a uma alimentação adequada e suficiente. O fator determinante no padrão alimentar da população é a renda: quanto mais baixa a renda, mais sérios são os problemas alimentares.
2. Não existe muita diferença na alimentação *básica* do brasileiro tanto entre ricos e pobres, como nas diversas regiões do país. Os alimentos mais ricos, biologicamente, aparecem na mesa do pobre, mas em quantidade insuficiente. A consequência prática dessa constatação é que a solução dos problemas alimentares da população não supõe nenhum tipo de “reeducação”: o que falta aos brasileiros não são conhecimentos a respeito do que comer. O que falta é a comida, ou melhor; os meios para adquirir ou produzir sua comida.

3. Este terceiro ponto tem um grande alcance prático: de nada adianta corrigir um suposto problema protéico sem que se resolva, em primeiro lugar, o problema calórico, isto é, sem que os pobres possam *comer mais*. O Brasil é um caso típico de país em que, “Se se consumissem em maior quantidade os mesmos alimentos, a ingestão de energia e nutrientes seria adequada”, para empregarmos os termos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

A produção é suficiente?

É perfeitamente possível que o leitor, a partir dessas conclusões, pergunte: se o problema não está nos hábitos alimentares, mas na insuficiente *quantidade* de comida que compõe a refeição dos pobres, será que isso não se deve ao fato de que, na terra, há gente demais, isto é, mais do que o nosso planeta pode sustentar? Se as pessoas, em geral, sabem comer e, apesar disso, não estão comendo, será que o motivo não se encontra nas safras sempre pequenas para uma população em constante crescimento? É o que examinaremos no próximo capítulo, à luz não só de exemplos brasileiros mas também da experiência de outros países.

Há alimentos para todos?

O apocalipse malthusiano

Se você ler os jornais com atenção durante alguns dias, será certamente levado a crer que, além da ameaça militar que pesa sobre as nossas cabeças, a humanidade poderá ser vítima de um perigo ainda maior: a *explosão demográfica*. O termo é pomposo, mas o significado, simples: haveria gente demais na Terra, mais do que o nosso planeta é capaz de sustentar. Assim como, num sábado à noite, você corre o risco de sobrar na fila do cinema e ser obrigado a procurar outro programa, com a Terra aconteceria o mesmo. Singelamente, ela diria para alguns ou muitos de nós: “sinto muito, lotação esgotada”.

Mas, ao contrário do cinema, a Terra não tem roleta nem porteiro. Além disso, segundo os que acreditam na existência da *explosão demográfica*, a quantidade de lugares existentes em nosso planeta seria muito menor do que, à primeira vista, poderia parecer: não basta uma poltrona e uma boa tela para acomodar as pessoas na Terra, é preciso alimentá-las. E, para isso, além de um espaço para viver e se locomover, a cada ser humano deve corresponder um espaço para *produzir alimentos*.

Chegamos então a uma questão fundamental para o estudo do problema da fome no mundo: qual a relação entre o crescimento da população e o crescimento da produção agrícola? Ou, em outras palavras, sendo a Terra um espaço fisicamente limitado e o crescimento populacional, em princípio, ilimitado, não seria necessário, a partir de certo momento, colocar uma roleta na trajetória da cegonha?

A questão preocupou e preocupa até hoje os homens políticos e os cientistas. Na Inglaterra, na primeira metade do século XIX, viveu um economista, o nome é Robert Malthus, que tentou traduzir o problema numa fórmula matemática que provaria a iminência da catástrofe demográfica. Segundo Malthus, haveria uma contradição insuperável entre a velocidade de coelho da reprodução biológica do homem e o ritmo de tartaruga com que podiam crescer as safras agrícolas. Ou, nos termos dele, enquanto a produção agrícola desenvolve-se em *progressão aritmética* (passando de

dois a quatro, de quatro a seis, de seis a oito, de oito a dez e assim por diante) a população aumentaria em *progressão geométrica* (passando de dois a quatro, de quatro a oito, de oito a dezesseis, de dezesseis a trinta e dois etc.).

Resultado: fome. Remédio: conter o crescimento populacional. Mas como a pílula e a esterilização dos homens e mulheres ainda não tinham sido inventadas, Malthus julgava que as guerras e as crises nas quais milhões de vidas humanas se apagavam tinham um efeito positivo: eram males necessários à própria preservação da espécie, pois reduziam a base do desenvolvimento populacional, evitando, ou ao menos postergando, a catástrofe da explosão demográfica. Como num jogo de xadrez, ele não hesitava em aplaudir o sacrifício dos peões, quando se tratava de salvar a dama e o rei.

Não há dúvida de que Malthus fez escola e que suas ideias exercem uma enorme influência sobre o pensamento econômico e demográfico contemporâneo. Mesmo entre nós, são inúmeros os que pregam o controle demográfico como uma das condições básicas para a solução dos grandes problemas sociais que enfrentamos. Recentemente, por exemplo, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas declarou que para poder contar com homens fortes e sadios, é preciso, em nosso país, impedir que “nasça gente demais”.

É verdade que a explosão demográfica prevista por Malthus ainda não ocorreu. Mas se você disser isto a um atual adepto do pensamento de Malthus – que chamaremos neomalthusiano – ele vai lhe responder que o motivo está exatamente nos efeitos “saneadores” que as crises e sobretudo as guerras exerceram sobre o crescimento populacional nos últimos anos. Mas, pensar na guerra como meio de conter o crescimento populacional, num momento em que há mais de 60 mil bombas atômicas no mundo, é jogar fora o bebê junto com a água do banho: uma guerra mundial significaria hoje, provavelmente, o fim da história humana.

A vida na Terra estaria então entre a cruz e a caldeirinha. A destruição armada que o arsenal atômico paradoxalmente impede (ou adia...) acaba por favorecer a explosão populacional.

Cinema lotado, o espetáculo não pode parar, tumulto na plateia, o lanterninha entra em ação em busca dos “penetras”. E, segundo os neomalthusianos, não é difícil localizá-los. Basta para isso saber quem está colocando no mundo mais gente do que deveria. Ora, é sabido que, em geral, o ritmo de crescimento demográfico é muito maior entre os pobres que entre os remediados e os ricos. Até o final do século, haverá mais gente nos países pobres do que hoje em todo o mundo. Como um câncer, a miséria iria se alastrando pelas grandes cidades das nações pobres, tornando literalmente a vida impossível. Calcutá, na Índia, teria daqui a quarenta anos nada menos que 60 milhões que lutariam com unhas e dentes pelo último punhado de arroz que pudessem encontrar pela frente.

Esta forma de pensar leva os neomalthusianos a duas conclusões básicas, ainda que nem todos as formulem explicitamente:

1. Uma vez que os recursos existentes na terra são limitados e, apesar disso, os pobres continuam teimosamente a sua procriação, deduz-se que os pobres são os grandes responsáveis pela explosão demográfica, e conseqüentemente, pela fome que se abate sobre eles próprios. *A fome é vista pelos neomalthusianos como um produto da superpopulação.*
2. Já que não se pode mais contar com os efeitos “saneadores” da guerra para conter o crescimento populacional, é fundamental que os pobres se reproduzam menos, sob pena de comprometerem a sobrevivência de toda a espécie. *O controle demográfico é, portanto, a única saída contra a barbárie e o fim da civilização, segundo o ponto de vista neomalthusiano.*

Quem não paga não come

Convido o leitor a uma pequena viagem ao passado, na mesma cidade de Calcutá, exatamente onde nossos neomalthusianos projetaram as cenas do apocalipse demográfico. 1877: uma intensa atividade domina o porto em que enormes navios de carga recebem toneladas de cereais destinados à exportação. A cena é assistida por uma numerosa massa humana que, da mesma forma que em outros pontos do país, suplica por um pedaço de pão. Infelizmente, esses cereais já estão vendidos e os pedidos dos famintos não podem ser satisfeitos. No final do ano, a fome deixa um saldo de quatro milhões de mortos.

Ficção? Não, fato histórico tão certo quanto a queda da Bastilha e a explosão da bomba de Hiroshima. Coisa de país pobre e do passado? Voltemos então ao presente, nas terras dos maiores produtores e exportadores agrícolas do mundo, os Estados Unidos. No mesmo ano em que vinte e cinco milhões de toneladas de cereais deixam os portos norte-americanos em direção à União Soviética, em 1976, tem início um recenseamento cujo resultado mostra que 12% da população dos EUA, num total de 26 milhões de pessoas, vivem em “estado de pobreza”, sendo que, destes, muitos sofrem carências alimentares graves.

O que há de comum entre a fome massificada de Calcutá em 1877 e a subnutrição discreta e relativamente limitada dos EUA em 1976? Trata-se – como faria crer a visão malthusiana – da disparidade entre o reduzido volume da produção e a elevada quantidade de habitantes? A simples existência de “excedentes” exportáveis responde pela negativa a esta pergunta. O que há de comum em ambos os casos é o fato de que milhões de homens necessitam do alimento que estaria perfeitamente a seu alcance caso tivessem dinheiro para adquiri-lo.

Essas constatações nos conduzem a uma conclusão simples, mas que vai num sentido totalmente diferente à dos malthusianos: embora o tamanho da população e a quantidade de alimentos produzidos sejam fatores importantes quando estudamos o problema da fome, eles por si só são

insuficientes para explicá-la. Caso houvesse uma relação direta entre estes dois fatores, a fome já teria sido banida do planeta há muito tempo: de fato, se dividirmos o total da produção mundial pelo total da população, o resultado será um mundo sem fome. A primeira grande conclusão do Quarto Inquérito Mundial sobre Agricultura e Alimentação levado adiante em 1974 pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação foi esta: *“Em termos mundiais, a quantidade de alimentos disponíveis é suficiente para proporcionar a todo mundo uma dieta adequada”*.

Se quisermos entender então por que há no mundo tanta gente que não come o suficiente, a primeira pergunta é, sem dúvida, a colocada pelos malthusianos: existem alimentos para todos? E a resposta é, inequivocamente, sim. A fome contemporânea só pode ser compreendida a partir do quadro de abundância que a cerca. O faminto de hoje vive num mundo de fartura. Este é o dado mais importante – e ao mesmo tempo o mais intrigante – no estudo da situação agrícola e alimentar atual.

Convivência simultânea entre fartura e escassez significa, evidentemente, má distribuição dos recursos existentes. Por um lado, a maior parte da produção e do consumo de alimentos situa-se nos países ricos, embora a maior parte da população esteja nas nações pobres. Enquanto o consumo diário médio de calorias no mundo desenvolvido é de 3.315 unidades por habitante (muito superior ao mínimo), a parte pobre do globo fica com apenas 2.180 calorias diárias por habitante.

Mas isso não significa que, no hemisfério sul, todo mundo coma apenas o correspondente a 2.180 calorias.

Esta média esconde, é claro, situações profundamente contraditórias: as médias estatísticas, lembram os economistas, são tão equilibradas quanto o sujeito que tem os pés no congelador e a cabeça no forno. No Nordeste do Brasil, enquanto os 20% mais pobres da população consomem em média 1.540 calorias diárias, os 20% mais ricos ficam com 2.860 calorias. Se formos dividir o total da produção pelo total da população na América Latina, teremos a boa média de 2.525 calorias por habitante, embora seja imensa a massa de famintos em nosso continente.

O que caracteriza o mundo contemporâneo, do ponto de vista agrícola, não é sua incapacidade de produzir uma quantidade de alimentos suficiente à boa alimentação de todos, mas de destinar estes alimentos a quem deles mais necessita. Não há dúvida – nisso os malthusianos têm razão – que o crescimento demográfico no mundo pobre é bastante superior ao das nações ricas. A partir de 1960, em quinze anos, a população mundial aumentou em um bilhão de pessoas. Seis de cada sete novos habitantes do globo vêm pelos países subdesenvolvidos.

Mas será que este fato reduziu a produção agrícola por habitante (isto é, o quociente entre o total da produção e o total da população) nesta parte do mundo? Absolutamente. A produção agrícola por habitante aumenta em todo o mundo, embora, é verdade, a taxas que poderiam ser bem superiores, conforme veremos adiante. Apesar desse aumento, a quantidade de famintos nunca foi tão grande como hoje. Metade dos habitantes da terra ingere uma quantidade de alimentos inferior a suas necessidades básicas, e destes, cerca de 500 milhões são considerados *gravemente desnutridos*.

Como isso é possível? É que, nas sociedades modernas, entre o alimento e a satisfação da fome interpõe-se, cada vez mais, um terceiro termo absolutamente decisivo: o dinheiro. O tamanho da refeição das pessoas não dependerá do vazio de seu estômago, mas do volume de seu bolso. É claro que muita gente – os pequenos camponeses

– não compra, mas produz diretamente o alimento que consome. Aí, esse consumo vai depender não diretamente do tamanho do bolso, mas do tipo de acesso à terra do pequeno produtor e, como veremos adiante, da própria estrutura de distribuição da propriedade fundiária do país. Se isso é verdade, então não se pode responsabilizar os *pobres* (como o fazem os neomalthusianos) e sim a pobreza pela fome. Em outras palavras, a subnutrição não decorre da superpopulação, mas sim da concentração da renda e das terras de um país, do fato de que, embora existindo o alimento e as terras para produzir alimentos, tudo isso é distribuído de forma tal que só uma parcela reduzida da população pode ter acesso ao que necessita ou às condições de produzir o que necessita. Quando os neomalthusianos responsabilizam os *pobres* pela fome, é como se lhes aconselhassem: vocês são tão pobres e têm tão pouco que só será possível sobreviverem com o

que possuem se vocês amanhã forem menos numerosos. Diminuí e dividi-vos, este é o caminho da vossa salvação.

Ao contrário, quando responsabilizamos a *pobreza* pela fome, estamos apontando para um sistema de produção e distribuição de alimentos que torna possível a convivência cruel entre fartura e escassez. É sintomático o fato de que os neomalthusianos raciocinam sempre em torno de *tendências*, isto é, de projeções para o futuro das situações que encontramos no presente. O que eles sistematicamente escamoteiam é que, em termos mundiais, o nosso planeta já poderia ter eliminado de seu cortejo de sofrimentos o drama da fome.

Explosão demográfica: qual o real perigo?

Mas se você expor esses argumentos a um neomalthusiano, é provável que ele lhe retruque: “Discutir causas, processos e sistemas é fazer vã filosofia em cima da miséria alheia! O fato é que o ritmo de reprodução da população nos países pobres é muito mais rápido que nas nações desenvolvidas. Se formos esperar por essa tal distribuição de renda, quando ela vier, a catástrofe já terá ocorrido e aí será tarde demais. Ou nós limitamos o crescimento demográfico já (independentemente das causas que provocam este crescimento) ou então será impossível fazer qualquer coisa depois”.

Como podemos notar, nosso neomalthusiano é um homem de preocupações práticas. Mas, infelizmente, com os olhos voltados para o futuro, ele deixa de perceber fatos importantíssimos e que colocariam em questão sua teoria. Em primeiro lugar, é preciso ter em mente, conforme acabamos de ver, que a produção agrícola tem sido capaz de acompanhar e mesmo superar o crescimento demográfico – embora seus resultados estejam pessimamente distribuídos, o que provoca o agravamento do problema da fome. Mas é claro que se as atuais tendências do crescimento demográfico continuarem durante algumas gerações, esse dinamismo agrário poderia perder o fôlego. É evidente que, por maiores que sejam as possibilidades de ampliação da produção de alimentos, a Terra é um espaço fisicamente limitado, não podendo ser desfrutada por uma quantidade infinita de seres humanos. Será então que a única solução, ao menos a longo prazo, não seria o controle demográfico? Felizmente, hoje, é possível responder a esta questão a partir do estudo de experiências já realizadas e não só de conjeturas teóricas.

O controle da natalidade vem sendo praticado nos últimos anos por 31 países subdesenvolvidos, representando 74% da população do mundo pobre. Outros 28 países (nos quais habitam mais 13% dos habitantes do Terceiro Mundo) sofriam algum tipo de influência governamental sobre o ritmo dos nascimentos. Ou seja, a intervenção do Estado sobre a procriação humana no mundo pobre já se faz, atingindo de maneira mais ou menos

radical cerca de 90% da população. Quais foram então os resultados dessa significativa experiência internacional?

Absolutamente decepcionante: o controle da natalidade não só mostrou-se incapaz de resolver o problema da fome como – mais grave ainda – não conseguiu sequer reduzir a taxa de crescimento demográfico, apesar da imensidão de dinheiro que foi gasta nisso!

Nada menos que 100.000 pessoas são empregadas no planejamento familiar na Índia. O governo fez o possível e o impossível para que nascesse menos gente naquele país: distribuição gratuita de pílulas anticoncepcionais, supressão das licenças maternidades para as mães operárias que tinham filhos, criação de campos de esterilização de massa, bombardeio publicitário em torno da questão, e apesar destes esforços os resultados previstos não foram alcançados: o governo queria atingir a cifra de 25 nascimentos por mil em 1980, mas a taxa de natalidade permanece em torno de 38 ou 39 por mil e não parece prestes a declinar. Isso significa então que a falência dos métodos de controle demográfico nos levam fatalmente, cedo ou tarde, à explosão populacional? Aqui também a experiência dos últimos anos é capaz de responder à questão. E esta experiência mostra que o *aumento do nível de vida da população é a melhor forma de diminuir a taxa de natalidade*. Este é um fato que você já deve ter percebido em sua observação cotidiana. As famílias nas classes de renda média ou alta costumam ter menos filhos que entre os pobres. Um estudo realizado em quarenta países subdesenvolvidos mostra que, cada vez que a renda *per capita* dos mais pobres aumenta, a taxa de natalidade cai sensivelmente.

Se pegarmos o caso de cinco expressivos países subdesenvolvidos (Filipinas, Taiwan, México, Brasil e Coreia), veremos que a redução significativa da taxa de natalidade só foi obtida em Taiwan e na Coreia, onde a renda real dos 20% mais pobres da população cresceu consideravelmente nos últimos anos.

Vemos então que a redução da taxa de natalidade não se relaciona diretamente com o tamanho da população ou da produção total de um país, mas sim com a forma como esta produção é distribuída. E é aqui que o profundo “sentido prático” de nossos malthusianos os cega: não se pode atacar a ameaça *potencial* da superpopulação senão pelo combate *real* e

imediato ao problema da fome, isto é, senão pela melhor distribuição da renda nacional. De nada adianta aumentar a produção ou reduzir a população se não se consegue assegurar ao conjunto dos habitantes o acesso àquilo que é produzido.

Nesse sentido, o combate à fome, longe de se limitar a aspectos técnicos, econômicos ou demográficos, envolve antes de tudo uma questão política. A subnutrição de massa só será um velho capítulo na história da humanidade a partir do momento em que os pobres tiverem condições de exigir e obter aquilo a que têm direito no conjunto da produção nacional e internacional. Sem isso, por mais que aumente a produção, ou ainda que diminua, por algum motivo, a população miserável do mundo, a fome persistirá. A alimentação adequada de todos os homens da terra não supõe apenas eficiência econômica, mas antes de tudo justiça social.

A que se destinam a terra e a produção?

Vimos no início deste capítulo que o problema colocado pelos malthusianos (a saber: os recursos existentes em nosso planeta são e serão suficientes para manter toda a população?) é da maior importância. No entanto, sua maneira de responder a esta questão é absolutamente insatisfatória, já que ao invés de examinarem e criticarem a maneira como os recursos atualmente disponíveis são utilizados, os neomalthusianos simplesmente projetam a situação atual para o futuro, obtendo como resultado uma assustadora catástrofe.

Ora, estudar a relação entre a população a ser alimentada e os recursos que podem satisfazer suas necessidades significa, antes de tudo, responder a três questões fundamentais que serão examinadas nos três próximos capítulos.

1. A superfície agrícola do planeta está sendo realmente empregada para a produção? Uma terra só poderá servir para alimentar as pessoas se ela for cultivada. Será que nós já atingimos aquele ponto em que a população é tão grande que toda a área utilizável da Terra já foi plantada? É o que examinaremos no capítulo IV.
2. A produção agrícola dos países pobres serve primordialmente a alimentar suas populações ou para a exportação? Se nós encontrarmos uma grande quantidade de países em que todas as terras são cultivadas, onde a maior parte da produção destina-se ao mercado interno e onde, apesar disso, a fome castiga a população, aí sim, poderemos falar em explosão populacional. Mas será este o caso? É o que veremos no capítulo V.
3. Enfim, é necessário saber se a terra e a produção agrícola dirigem-se prioritariamente à alimentação humana ou ao sustento de animais. Esta é uma questão de fundamental importância que será estudada no capítulo VI.

A terra abandonada

Diante dos olhares tensos dos pequenos camponeses, o sargento, comandando a tropa, grita: “Esta terra não é de vocês! Quem mandou vocês entrarem aqui?”. Após um momento de silêncio, ouve-se uma voz: “Foi a miséria, seu sargento. Foi a miséria que mandou a gente entrar aqui pra produzir a fartura”.

A cena aconteceu no Estado de Mato Grosso, em terras públicas disputadas por pequenos agricultores e grandes fazendeiros no final dos anos 1970, e as famílias que lá derramaram o suor de seus rostos acabaram sendo expulsos, com suas casas e plantações queimadas. Não foi um caso isolado. Só em 1982, cerca de 2 milhões de pessoas envolveram-se em quase mil conflitos semelhantes a este em todo o Brasil.

É um exemplo bastante representativo da forma como é usada a terra, não só em nosso país, como em boa parte do mundo subdesenvolvido: muita terra sem gente e muita gente sem terra. Terra abandonada e terra desejada. Em outras palavras, além da má distribuição da produção alimentar (que vimos no capítulo anterior) enfrentamos um problema ainda mais grave: a subutilização da terra, certamente o maior obstáculo que se opõe à ampliação da produção de alimentos no mundo. O que nos mostra que, além de injusta, a atual situação agrícola e alimentar mundial é profundamente ineficiente. Má distribuição dos recursos e desperdício são dois termos que andam juntos no mundo de hoje. Vejamos a questão mais de perto.

Se as melhores terras do planeta fossem todas colocadas em cultivo, a superfície de plantio da Terra aumentaria 4,7 vezes. E veja que neste cálculo só incluímos as melhores terras: as que não necessitam de irrigação artificial e que podem ser trabalhadas com arados, isto é, sem contar, então, os terrenos montanhosos, pedregosos e relativamente secos que também podem ser empregados para a agricultura ou a criação de animais.

É claro que a utilização de *toda* a superfície do globo para a produção de alimentos acabaria por conduzir-nos a graves problemas ecológicos. Mas é evidente também que a superfície cultivada poderia ser, no mínimo, multiplicada por dois ou três sem trazer, em virtude deste aumento, qualquer ameaça adicional a nosso sistema ambiental.

No nosso continente, por exemplo, poderiam ser cultivados 524 milhões de hectares (um hectare é igual a 10 mil metros quadrados). Isso corresponde a mais de dez vezes toda a área dedicada a lavouras de um grande país como o Brasil. Destes 524 milhões de hectares, sabe quantos são cultivados? Menos de 15%, isto é, 70 milhões de hectares. Ainda que tirássemos deste total de 524 milhões de hectares os terrenos montanhosos e relativamente secos, ficaríamos com um total de 170 milhões de hectares: “sobrariam” 100 milhões de hectares de terra boa, plana e irrigada que está simplesmente abandonada. Cem milhões de hectares nos quais cerca de 2 milhões de famílias poderiam trabalhar.

O subaproveitamento da terra num país como o Brasil atinge níveis gritantes. O órgão governamental encarregado de executar a política de reforma agrária e colonização no Brasil (o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) fez um levantamento nesse sentido, e os dados são altamente reveladores. Em 1976 havia 250 milhões de hectares que poderiam ser usados para assentar pequenos agricultores. O suficiente para que 4,5 milhões de *famílias* tivessem trabalho e pudessem produzir uma das coisas de que o país mais precisa: comida.

E o que é mais importante é que nosso país demonstra claramente a relação direta entre ineficiência econômica (que se exprime na subutilização da terra) e injustiça social: quanto maior a extensão da propriedade rural, menor tende a ser a superfície efetivamente utilizada em seu interior. O grosso da alimentação no Brasil não é produzido nas grandes fazendas, mas nos pequenos estabelecimentos camponeses. Em 1975, os grandes latifúndios com mais de 1.000 hectares ocupavam 43% da área do país, mas contribuíam com apenas 14% do valor da produção. Já os pequenos e médios estabelecimentos com menos de 100 hectares, embora ocupassem 21% da área total, formaram 53% do valor da produção agropecuária.

Não é à toa então que todos os órgãos internacionais que tratam dessa questão, mesmo aqueles em que os Estados Unidos têm a maior influência (como é o caso do Banco Mundial) recomendam a *reforma agrária* como uma medida indispensável para a redução dos níveis de pobreza na maior parte dos países subdesenvolvidos. Um estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho indica que, se no Nordeste do Brasil, todas as terras fossem distribuídas equitativamente entre as famílias que trabalham no campo na região, o resultado seria um aumento, a curto prazo, em 80% da produção agropecuária. Outro estudo mostra que a redistribuição de apenas 5% da terra agrícola na Índia, juntamente com uma melhoria no acesso à água, reduziria os níveis da pobreza rural em 30%.

É evidente que a reforma agrária não é uma panaceia universal que vai resolver todos os problemas. Mas uma coisa é certa: na maior parte do mundo pobre e particularmente na América Latina, é absolutamente impossível melhorar as condições de vida da população sem uma mudança profunda no regime de propriedade fundiária. E esta é uma das manifestações mais claras da conotação política que assume o combate à fome. A vitória contra a fome nesses países não pressupõe, no essencial, avanços na técnica agrônômica, mas sim a conquista política da democratização da propriedade fundiária. O sucesso da luta contra a fome, na maior parte das nações pobres, depende da capacidade que a maioria da sociedade terá em acabar com os privilégios daqueles que têm na terra antes de tudo um objeto de especulação.

Pagando para não produzir

Mas não é só nos países subdesenvolvidos que a terra passível de ser utilizada na agricultura é colocada de lado. Isto ocorre também na mais poderosa nação agrícola do mundo, os EUA. As terras em cultivo na América do Norte atingiam, em 1971, 230 milhões de hectares e a superfície arável total do continente atingia quase 500 milhões de hectares. O que impede que uma parcela maior da terra seja consagrada à produção agrícola?

O avanço ou o recuo da área agrícola nos EUA não tem absolutamente nenhuma relação com as necessidades da população norte-americana ou as do resto do mundo. Produzir alimentos nos EUA – como, de resto, em qualquer sociedade capitalista – é uma atividade edificante, desde que resulte naquilo que interessa, isto é, em lucros. Os lucros do empresário dependem em grande parte de sua capacidade em observar os caprichos do mercado e, sobretudo, de não saturá-lo com uma única mercadoria cujo excesso (com relação às necessidades do mercado e não às da população em geral, é bom lembrar) provocaria fatalmente uma queda nos preços. Quando se prevê esta queda, é preciso segurar e, quando for possível, interromper a produção, ainda que seja necessário pagar para isso. Pagar para não produzir? Exato. É o que faz o governo dos EUA quando as cotações de um determinado produto agrícola mostram-se pouco animadoras no mercado internacional. Embora as possibilidades de elevação da área cultivada nesse país sejam imensas, o governo norte-americano cuida para que o mercado internacional se mantenha num nível tal que os lucros dos agricultores estejam assegurados. Em 1974, por exemplo, uma elevação nas cotações internacionais de produtos agrícolas determinou um aumento da superfície plantada dos EUA de 24 milhões de hectares, com relação a 1972. Já na campanha 1977-78, houve uma queda de 20% com relação ao ano anterior em função das perspectivas desfavoráveis de preços. E a previsão, para a superfície colhida de trigo em 1985 é de que seja entre cinco e dez milhões de hectares inferior à registrada em 1975.

Em 1983, ano em que a seca fará milhares de mortos na África, os agricultores norte-americanos receberão alguns milhões de dólares para deixar de produzir alimentos. Mas isto não ocorre só com os Estados Unidos. O Canadá poderia aumentar rapidamente sua produção de cereais em 50%, caso houvesse demanda efetiva para adquiri-la. Traduzindo do economês para o português: caso, além de fome, os miseráveis do mundo tivessem dinheiro para satisfazer suas necessidades.

Os dados expostos neste capítulo mostram-nos portanto que, ao invés de se preocuparem com uma suposta superpopulação, os neomalthusianos deveriam voltar os olhos para o “superdesperdício” que caracteriza a situação agrícola e alimentar mundial. Tanto mais que, como vimos no capítulo III, a elevação do nível de vida da população é o principal remédio contra uma futura explosão demográfica. Ora, a justa distribuição das terras, além de elevar o padrão de vida das massas rurais, permitiria a ampliação da oferta de alimentos, a redução dos preços e portanto a elevação do nível de vida da população em geral. Dessa maneira o mal da miséria e de uma possível e futura explosão demográfica estaria sendo atacado pela raiz.

Exportar é o que importa?

O que é um país faminto? A resposta a esta questão, à primeira vista, não parece suscitar qualquer dúvida: tudo nos leva a crer que se trata de um país ao qual faltam alimentos em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades básicas da população. Mas eis que com esta resposta enfrentamos um novo paradoxo: como é possível que a maior parte dos países famintos do mundo consagre boa parte de seus produtos agrícolas à exportação? O Brasil, por exemplo (como vimos no capítulo II), é o sexto país do mundo em população gravemente desnutrida, ostentando, apesar disso, o título de quarto maior exportador agrícola mundial.

Na América Central, a drástica miséria da população não impede que metade das terras cultivadas seja dedicada a produtos de exportação.

A África exporta cereais, amendoim, legumes frescos, carne, café e cacau, embora a desnutrição infantil pese sobre o continente de maneira mais terrível que em qualquer parte do mundo. E os exemplos poderiam prosseguir.

De certa forma podemos comparar os países pobres às antigas amas-secas que vendiam o leite para as crianças das classes ricas cujas mães não queriam ou não podiam amamentar e eram (as amas-secas) obrigadas a comprar leite em pó ou outros alimentos para seus próprios recém-nascidos. Estas amas-secas possuíam em seus peitos o melhor que poderiam oferecer a seus filhos. Sua miséria levava-as, entretanto, a vender este alimento para poder comprar gêneros básicos para sua subsistência, o que não deixa de ser uma atitude desconcertante, pois, na maior parte dos casos, a alimentação comprada substituiria, de maneira totalmente insatisfatória, o rico leite materno.

Portanto, impõe-se a questão: o que pode fazer com que um país, cuja população está faminta, dedique boa parte de suas terras a produtos de exportação?

Colonialismo e desnutrição

É preciso, ainda que rapidamente, mencionar a raiz histórica dessa situação. Se um dia lhe pedirem para traçar um mapa da fome no mundo, saiba que, para isso, você não encontrará nenhuma dificuldade: basta que você localize as regiões que foram objeto de dominação colonial (com exceção dos EUA) e seu mapa estará pronto com uns 90% de precisão. Com efeito, colonialismo e fome são dois termos que costumam andar juntos.

A razão é simples. Você já deve ter ouvido falar da célebre carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, onde nosso bom galego dizia que aqui, em se plantando, tudo dá. Ocorre que os colonizadores optaram por plantar não *de tudo*, mas exclusivamente o que lhes interessava: algodão, cana-de-açúcar, enfim, produtos que visavam o abastecimento ou o enriquecimento da metrópole, e não a satisfação das necessidades dos que aqui habitavam.

E não pense que essa era uma idiosincrasia de portugueses: os franceses, os ingleses e os holandeses, nas suas colônias, atuaram da mesma forma. Fizeram o possível para que os países coloniais voltassem as costas para si próprios, todos olhando reverencialmente para a mãe metrópole. Produtos, comunicações, estradas, portos, toda a base econômica do país era moldada para enriquecer o colonizador, isto é, virada inteiramente para fora, para a exportação.

O bolso e a barriga

Sim, dirá o leitor, mas o colonialismo acabou faz tempo, e será que esses países ainda não aprenderam a satisfazer as necessidades de seus habitantes? Por que eles não tentam produzir, antes de tudo, aquilo que seus povos necessitam?

Em primeiro lugar, porque é enorme o peso das estruturas econômicas passadas sobre a vida presente e futura de um país. Isto não se desfaz de um dia para o outro. Se o hábito de fumar cachimbo entorta a boca dos indivíduos, seu efeito sobre as sociedades é ainda mais profundo e duradouro.

Por exemplo, a miséria que caracteriza praticamente todas as sociedades que sofreram a dominação colonial (com exceção dos EUA, por motivos que escapam aos objetivos deste livro) é um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento da produção alimentar nos países pobres. Mas como assim? Se existe gente querendo comer e terra onde produzir, isto então não é um impulso para que a economia se volte justamente para a satisfação das necessidades dos mais pobres?

A resposta seria afirmativa, caso nosso sistema econômico não fosse o que é. Mas no capitalismo, a fome é, paradoxalmente, um empecilho (e não um incentivo) ao desenvolvimento da produção alimentar. As safras agrícolas, no capitalismo, vão se destinar, prioritariamente, não a quem delas necessita do ponto de vista fisiológico, mas a quem tem condições de pagar o que custam. Nosso sistema econômico só reconhece e atende o apetite de quem possui o bolso cheio, não o de quem está com a barriga vazia. O mercado só tem ouvidos para o tilintar do vil metal, nunca para o ronco surdo da fome.

Em outras palavras, quanto menor o mercado interno de um país, menores serão as chances de que seu setor agrícola seja dinâmico, a menos que este setor se volte justamente para o exterior. A própria pobreza da população empurra, portanto, as safras agrícolas para fora, o que, evidentemente, agrava ainda mais esta pobreza na medida em que limita (e portanto

encarece) a produção destinada ao mercado interno. É um círculo vicioso que lembra o do bêbado que bebia para esquecer que bebia: a pobreza estimula a produção voltada para o exterior, que por sua vez agrava o problema da pobreza.

Em nosso país, por exemplo, durante os anos 1970, a produção de soja e cana-de-açúcar desenvolveu-se sobre a base da expulsão de culturas alimentares tradicionais como o feijão, o arroz, a mandioca etc. E em diversos outros países subdesenvolvidos, esta substituição das culturas voltadas prioritariamente para o mercado interno pelos produtos de exportação é um dos traços mais característicos de seu desenvolvimento agrícola.

A Revolução Verde

O pior de tudo isso é que essa terrível herança do colonialismo, que faz com que os países pobres não se preocupem primordialmente com a boa alimentação de seus povos, foi agravada durante as últimas décadas. O caráter exportador do “filé mignon” da agricultura da maioria das nações subdesenvolvidas viu-se nitidamente realçado. Cabe então perguntar: quais os mecanismos contemporâneos que fazem com que as nações subdesenvolvidas continuem de costas para elas mesmas, cultivando para a exportação terras que poderiam acabar com a miséria alimentar de suas populações?

Não tenho a pretensão de responder inteiramente a esta questão no quadro deste pequeno estudo introdutório. Mas é importante citar o mais conhecido dispositivo de política agrícola posto em ação sob inspiração dos EUA em vários países pobres (inclusive o Brasil), e cujo resultado foi a extroversão econômica ainda mais acentuada de suas agriculturas: trata-se da Revolução Verde.

A Revolução Verde foi a mais sistemática tentativa de se resolver o problema da fome nos países pobres através do recurso a meios técnicos avançados, isto é, pela elevação da produção e sobretudo da produtividade agrícola. Ao mesmo tempo, foi um dos maiores fiascos sociais de nosso tempo, tendo contribuído para o agravamento da subnutrição das nações em que foi aplicada. Vejamos a questão mais de perto.

A ideia da Revolução Verde nasceu pouco antes da 2ª Guerra Mundial, nos EUA, e partia de uma constatação sem dúvida verdadeira: a pobreza e a fome existiam nos países economicamente atrasados, isto é, naqueles em que a agricultura era tecnologicamente rudimentar, onde as terras produziam menos do que poderiam render caso estivessem sendo trabalhadas de maneira mais sofisticada. Com base nesta constatação, cientistas norte-americanos (apoiados por grandes empresas agroindustriais) resolveram promover uma revolução no Terceiro Mundo. E a ideia dessa

revolução era a de que não há melhor remédio para a fome, a miséria, enfim, o atraso, do que o progresso.

Mas o que é progresso? Para esses cientistas, a resposta era óbvia: progresso era concebido como a introdução, num país pobre, das técnicas de produção e dos métodos de trabalho dominantes no país rico, que já alcançara o desenvolvimento (ou ao menos o que se entendia por desenvolvimento) e podia dar lições de como atingir esse objetivo.

Essa revolução que os norte-americanos levaram a vários cantos do mundo não era violenta e vermelha, mas científica: era a revolução verde.

A base de tudo foi a introdução de *sementes selecionadas*, isto é, produzidas em laboratórios, e que deixavam aquelas, que o mágico deu para João do pé de feijão, no chinelo. Os rendimentos agrícolas (o que se produzia na *mesma terra* e com o *mesmo trabalho*) eram por vezes triplicados. De fato, sob o ponto de vista da produção, os resultados foram impressionantes. O México multiplicou por três suas colheitas de trigo em vinte anos. Os países asiáticos chegaram a acrescentar vinte milhões de toneladas anuais a suas safras de cereais (excluindo a China).

Mas nem tudo era um mar de rosas na Revolução Verde. As sementes selecionadas (também batizadas como Variedades de Alto Rendimento) apresentam uma particularidade com relação a suas primas pobres. Sendo um produto da fabricação humana e da experiência de alguns anos de laboratório (e não dos milênios incorporados no processo de formação natural das sementes nativas) elas são bem menos resistentes a catástrofes naturais, pragas, insetos etc. A adaptação de uma espécie animal ou vegetal a um determinado meio ecológico supõe a vitória sobre uma série de inimigos. Estas vitórias vão enriquecendo o patrimônio genético dessa espécie e permitem que ela sobreviva no ambiente onde foi formada.

Com as sementes de laboratório ocorre exatamente o contrário: embora mais produtivas, elas não possuem as condições genéticas para enfrentar seus inimigos naturais. A variedade que consegue resistir a determinada velocidade dos ventos é, por exemplo, destruída por certos tipos de insetos. A que resiste a estes insetos sucumbe sob o efeito da temperatura local, e assim por diante. Em suma, a adoção em larga escala das variedades de alto

rendimento representa um perigoso empobrecimento no patrimônio genético das espécies.

Diante destas observações, nossos revolucionários verdes reagem dizendo que só há problemas insolúveis para os céticos: a menor resistência natural das sementes fiscalizadas pode ser atenuada pela utilização de adubos e defensivos químicos. A produtividade do trabalho e da terra, com o emprego das sementes de laboratório, aumenta, *desde que estas andem bem acompanhadas, desde que façam parte de um pacote tecnológico que inclui máquinas agrícolas, fertilizantes e venenos químicos*. Estas variedades de alto rendimento me fazem pensar no menino que não perdia uma briga na sua rua, mas que não saía de casa a não ser na companhia do irmão mais velho. De fato, as sementes selecionadas produzem mais. No entanto, elas são extremamente exigentes em elementos químicos que eram absolutamente dispensáveis para as sementes nativas. Ora, é claro que, para os países pobres, coloca-se a questão de como obter esse *pacote tecnológico* sem o qual as variedades de alto rendimento perderiam quase todo o seu poder. É simples: basta *importá-lo* das nações que possuem esse pacote e que se propõem generosamente, em nome do progresso de todos (e também do lucro próprio, afinal ninguém é de ferro...) a vendê-lo aos países pobres. Entre 1960 e 1972 as vendas de fertilizantes por parte dos EUA a 14 países pobres passaram de US\$ 22,7 milhões a US\$ 143,7 milhões. Os mesmos catorze países que importaram em 1960 um total de US\$ 11 milhões em máquinas agrícolas decuplicaram suas compras em 1972, chegando a US\$ 127,4 milhões.

E o pior é que a adoção desse modelo de desenvolvimento agrícola baseado no uso em larga escala de recursos químicos e mecânicos importados não era, longe disso, a única via possível para o desenvolvimento agrícola dos países pobres. No caso dos fertilizantes, por exemplo, as importações correspondiam a uma esterilização de produtos locais, mais baratos e que não custavam dólares: em 1971, os países do Terceiro Mundo *deixavam de utilizar* uma quantidade de fertilizantes orgânicos (esterco, palha de plantações etc.) que eles mesmos poderiam produzir, correspondente a oito vezes o total do adubo químico consumido no mundo desenvolvido, num montante de 113 milhões de toneladas de nutrientes. No entanto, com raríssimas exceções, esses países inclinam-se para a adesão indiscriminada

à fertilização química, cujas matérias-primas são importadas e cujo pagamento exige divisas, isto é, exportações.

Portanto, uma primeira consequência da Revolução Verde foi a de tornar o setor agrícola dos países que a adotaram dependente das importações de tecnologia e matérias-primas dos países desenvolvidos. Em outras palavras, a agricultura desses países envolvia-se num mecanismo em que, mais importante que produzir comida, era fabricar dólares.

A produção da miséria

Se essa dependência econômica fosse o preço a pagar para que os pobres passassem a ter uma alimentação melhor, é até possível que esse modelo de desenvolvimento valesse a pena. Ele seria uma espécie de mal necessário para que as piores manifestações da miséria fossem abolidas da história humana. Mas o resultado dessa extroversão econômica, desse voltar-se compulsivamente para fora, foi exatamente o inverso: como se não bastasse a ampliação da dependência, a Revolução Verde contribuiu poderosamente para piorar as condições de vida das massas dos países em que foi implantada. Junto com as safras e as exportações agrícolas, crescia o número de famintos. Por quê?

É que a modificação nas técnicas de produção agrícola só foi possível na medida em que o governo de cada país (muitas vezes apoiado por instituições internacionais) colocava ao alcance dos agricultores os meios financeiros necessários para a aquisição dos instrumentos de produção capazes de levar o “progresso” ao campo. Ocorre que estes meios financeiros chegavam mais facilmente às mãos dos grandes proprietários que às dos pequenos camponeses. Com isso, o poder dos latifundiários aumentou enormemente, o que contribuiu para acentuar a concentração da propriedade da terra.

Como consequência dessa política, os pequenos agricultores são obrigados a deixar o campo, sem poder encontrar outras fontes de renda nas cidades, que veem assim crescer o contingente de miseráveis e famintos que nelas habitam. O êxodo rural na maior parte dos países pobres tocados pela filosofia da Revolução Verde atinge proporções alarmantes. No Brasil, por exemplo, o ritmo de saída da população do campo em direção às cidades durante a década de 1970 oscilou entre 1,4 e 1,7 milhão de pessoas ao ano. Para que toda esta massa humana encontrasse condições mínimas de sobrevivência, seria necessária a criação de 300 mil novos empregos urbanos por ano, coisa que nem nos períodos de crescimento a economia brasileira conseguiu.

Este é um dos motivos pelos quais as regiões mais ricas do mundo pobre, as grandes cidades, vão se tornando os focos onde mais gravemente se manifesta o problema da subnutrição. Se alguém lhe perguntar onde está a maior quantidade de famintos em nosso país, é bem provável que você responda: no Nordeste. Sua resposta estaria certa vinte ou trinta anos atrás. Hoje, entretanto, as periferias das metrópoles do Sudeste/Sul é que abrigam a maior massa de subnutridos em nosso país, segundo dados do ENDEF.

Vemos então o absurdo de se falar em superpopulação dos países pobres, já que boa parte da produção de alimentos destas nações destina-se às exportações. Isso significa que os países subdesenvolvidos seriam capazes de produzir o necessário para que seus povos tivessem uma existência digna caso o modelo de desenvolvimento adotado por esses países não fosse inspirado em concepções econômicas que nada têm a ver com suas necessidades sociais. Caso, ao invés de produzir divisas, sua agricultura pudesse gerar, antes de tudo, alimentos.

Este é, então, um segundo grande problema que colabora para a existência da fome no mundo subdesenvolvido. O primeiro foi o que vimos no capítulo anterior, é a subutilização sistemática da própria terra. E o terceiro, objeto do próximo capítulo, é o que faz com que os animais recebam, numa proporção cada vez maior, a parte do leão da produção alimentar mundial.

O modelo alimentar do ocidente

Longe de se constituir num fenômeno natural, resultante da escassez absoluta de alimentos, a fome é um fato de ordem social: ela decorre, nos nossos dias, de uma forma de organização social onde os extremos da miséria e da opulência tocam-se permanentemente. Alimentos há para todos, mas estão mal distribuídos; terras à disposição de quem queira produzir não faltam, mas encontram-se abandonadas; safras abundantes nascem nos países famintos, mas para rumarem imediatamente aos portos de exportação: em suma, é o que vimos até aqui.

Neste capítulo, vamos completar esse rosário de contradições, debruçando-nos sobre a nossa própria mesa. A sua, a minha, enfim, sobre o padrão alimentar dominante na civilização ocidental. Nos dias de hoje, é impossível compreendermos o que é fome se não examinarmos também o que é a alimentação dos que *não têm* fome. Existe uma relação íntima entre o que nós comemos e o que o faminto deixa de comer, íntima, mas não evidente à primeira vista.

Uma civilização carnívora

O mundo ocidental contemporâneo é, de longe, a civilização mais carnívora que a humanidade já conheceu. As sociedades protetoras dos animais e os vegetarianos que me perdoem, mas, em princípio, não vejo nenhum mal nisso. Todo o problema surge quando procuramos conhecer a origem da carne nossa de cada dia. Vemos então que, se crime há, não é tanto contra os animais, mas contra os próprios homens: as formas atuais de criação animal baseiam-se na utilização, pelo rebanho, de produtos que poderiam servir à alimentação humana.

Nos países desenvolvidos, o gado já quase não pasta, as galinhas não ciscam e os porcos não fuçam. Vivem todos de ração: milho, soja, mandioca, trigo, enfim, boa parte de tudo que poderia servir para atenuar a fome dos homens vai para os animais. Eu até diria “suas majestades, os animais”, se o destino das pobres bestas não fosse fatalmente o abatedouro e as nossas mesas.

Isso explica um fato aparentemente paradoxal: com um quarto da população mundial, os países ricos consomem mais da metade da produção internacional de cereais. É verdade que nestes países – da mesma forma que entre nós, é claro – o pecado da gula é cometido em larga escala. Mas, mais importante que a quantidade é a qualidade de sua alimentação, na qual está presente uma proporção cada vez maior de produtos de origem animal.

O norte-americano toma o seu café da manhã com leite, ovos, *bacon*, presunto, queijo. A carne jamais estará ausente de seu sanduíche no almoço ou de seu prato de fundo no jantar. Isso sem falar nos iogurtes, carnes enlatadas etc. Na França, desde 1840, o consumo de carne aumentou cinco vezes, atingindo 96 quilos por pessoa em 1979. Neste ano, cada francês comeu 285 ovos (contra somente 60 no século XIX) e 17 quilos de queijo (contra 4 há um século).

E daí, dirá o leitor? Existe algum problema em se consumir uma grande quantidade de produtos de origem animal? Existe sim, e muitos. Vejamos

alguns deles.

Doenças de degenerescência

Começemos pela sua própria saúde. Ao absorver um produto de origem animal, você certamente tem a sensação de estar fazendo um bem para o seu organismo: afinal, estes produtos contêm proteínas mais ricas e completas que os de origem vegetal. Eles são uma espécie de concentrado protéico. No entanto, existe também o outro lado da moeda.

A tendência da alimentação contemporânea (para os indivíduos que têm renda para escolher a sua alimentação, é claro) é de que as proteínas de origem vegetal sejam sensivelmente reduzidas em benefício das de origem animal.

Entre nós, na medida em que o feijão com arroz permanecem talvez isto não seja tão nítido. Mas nos países desenvolvidos, essa substituição é evidente.

Ora, os produtos de origem animal, se são riquíssimos em proteínas, contêm, entretanto, quantidades importantes de colesterol e ácidos gordurosos saturados, bastante prejudiciais à saúde. Um regime alimentar adequado indicaria uma proporção de 1,5 a 1,8 proteína animal para cada unidade de proteína vegetal ingerida. Entretanto, a média do regime alimentar dos franceses, por exemplo, é de 3 unidades de proteínas animais para cada unidade de proteína vegetal consumida.

Como consequência, a proporção de gorduras de origem animal na ração calórica diária na França passou de 18% no período 1850-1890 para 43% em 1978. E esta proporção vem aumentando regularmente a uma taxa de 1% ao ano, quando os padrões médicos estabelecem que as gorduras de origem animal não devem ultrapassar 30% a 35% da ração calórica diária. Se do total de calorias que você ingere durante um dia, as gorduras corresponderem a 45%, seu metabolismo sofrerá perturbações particularmente sérias para a saúde.

Se juntarmos a esse quadro um consumo crescente de açúcar (sob a forma de doces, chocolates etc.) e de álcool, compreenderemos porque, apesar de

comerem menos pão e batata que há um século, 30% dos franceses são considerados obesos. Evidentemente o problema não é estético: o consumo excessivo de gorduras de origem animal está na raiz da família de doenças que mais mata no mundo desenvolvido, as de origem cardiovascular. A tal ponto, que as próprias Nações Unidas chamam a atenção para a enorme quantidade de *doenças de degenerescência* (que são fundamentalmente as de caráter cardiovascular) de que são vítimas as populações dos países ricos.

Veja então o escandaloso paradoxo: por um lado, nos países pobres a população sofre por ingerir uma quantidade insuficiente de alimentos básicos. Por outro lado, estes alimentos são dados aos animais dos países ricos. E para quê? Para manter em boa saúde os povos que vivem nas nações desenvolvidas? Absolutamente, pois estes povos encontram-se na atualidade entupidos de produtos de origem animal. Subconsumo da maioria e superconsumo de alguns são os dois lados da moeda de um mundo que, além de injusto, é globalmente doente. Doente pela falta e pelo excesso. Não temos nem o consolo de dizer que a infelicidade de uns (os subnutridos) é compensada pelo bem estar dos outros (os “bem alimentados”). Mas o que é esta dupla manifestação doentia senão uma perfeita expressão das contradições da situação alimentar do nosso tempo?

Produtores ou redutores?

A civilização ocidental é uma grande máquina de reduzir alimentos. É verdade que o mundo contemporâneo produz muito – ao menos o necessário para que todos tivessem uma alimentação adequada e suficiente. Mas no Ocidente, boa parte do que se produz é reduzida imediatamente, em seguida. Nossa civilização realiza às avessas o milagre cristão da multiplicação dos pães: se, com doze calorias de trigo, você obtém doze calorias de pão, este mesmo trigo (se dedicado à alimentação animal) só lhe renderá uma caloria de carne de frango. *Em média, são necessárias sete calorias de origem vegetal para se obter uma caloria de origem animal.*

Do ponto de vista quantitativo, energético, os animais devolvem ao homem, em termos calóricos, muito menos do que lhes custam em recursos alimentares. É como se, de repente, você passasse de um fusquinha para um Cadillac: o automóvel grande vai lhe oferecer algumas vantagens, mas, em primeiro lugar, seu consumo de combustível é muito maior que o do pequeno.

Portanto, eis aí outro grande problema do consumo em grande quantidade de produtos de origem animal. Nos países desenvolvidos, e cada vez mais nos subdesenvolvidos, um bife não é simplesmente um bife: ele é uma forma concentrada, reduzida e encarecida sob a qual se escondem inúmeros alimentos que poderiam matar a fome de muitos homens.

Para que você tenha uma ideia das dimensões internacionais desse fenômeno, basta mencionar o fato de que os *animais* dos países ricos consomem entre 1/4 e 1/3 da produção mundial de cereais. Isto é muito ou pouco? É simplesmente mais da metade do consumo total de cereais dos países pobres. Isso, apesar do fato de nós, nações sub-desenvolvidas, possuímos 75% da população mundial.

Se os chineses cometessem a loucura de criar seus porcos e suas galinhas com o rigor pretensamente científico dos norte-americanos, todo o milho do mundo seria insuficiente para alimentar o seu rebanho. Enquanto a América

Latina, apesar da importância de suas pastagens naturais, utilizava no início da década passada 21 milhões de toneladas de cereais para a alimentação animal, a China dedicava quase todos os 74 milhões de toneladas de cereais por dia produzidas para os homens. E apesar disso os chineses não apenas comem regularmente carne, mas são o sétimo exportador mundial líquido desse produto.

Produtores ou redutores?

Qual o segredo? É que a criação animal na China é profundamente integrada ao ciclo natural das explorações agrícolas. Os porcos alimentam-se basicamente através do método “caipira” (que consiste em oferecer-lhes os restos da alimentação humana) e ao mesmo tempo devolvem à terra sob a forma de adubos orgânicos aquilo que dela retiram. Este método permite que a China possua dois terços dos efetivos mundiais de carne de porco e um quinto de aves, sem promover a esterilização sistemática dos recursos agrícolas praticada nos Estados Unidos, na Europa e cada vez mais entre nós. Para ter uma ideia das dimensões deste desperdício, saiba que os animais dos países ricos consomem uma quantidade de cereais correspondente a todo o consumo humano da China e da Índia reunidas!

No início dos anos 1970 a região do Sahel, no norte da África, foi atingida por uma seca que levou a vida de milhares de pessoas. O fato foi amplamente divulgado na época, e a fome era atribuída, pelos grandes meios de comunicação, à impiedade de São Pedro. O que não se dizia é que com apenas 1/20 do cereal consumido pelos *animais* dos países ricos ninguém teria morrido de fome.

E note que na mesma época em que a seca dizimava milhares de vidas humanas no Sahel africano, os países do Mercado Comum Europeu, em 1974, possuíam um *estoque* de carne bovina de 130 milhões de toneladas, ou 500 quilos por europeu, o correspondente ao consumo de cinco anos.

Os lucros do desperdício

É até possível que o crime não compense, mas o mesmo não se pode dizer da injustiça: esse modelo de redução de alimentos, no qual o que deveria servir para todos é deliberadamente concentrado para alguns, pode ter esses defeitos, mas comporta uma virtude que, no nosso sistema econômico, redime os seus vícios: ele é altamente lucrativo. Como vimos, esses lucros não rendem dividendos para a nossa saúde, mas, ao contrário, cobram-nos juros extorsivamente pagos pelo organismo sob a forma das chamadas “doenças de degenerescência”.

Quem lucra com isso tudo são os grandes grupos agroindustriais que fazem o possível para encurtar a distância entre o que sai da terra e o que chega à sua barriga: o milho, apresentado sob a forma de carne de porco, ovo ou leite, vale muito mais que sob sua forma bruta primitiva. E este é o princípio fundamental que norteia a agroindústria hoje no Ocidente: se não se pode aumentar a quantidade de consumidores, em função da concentração da renda, não vamos nos deixar abater por isso, nem permitir que esta circunstância reduza os lucros de nossas empresas. Vamos aumentar o *valor* do que comem aqueles que já são consumidores de alimentos. Vamos difundir ao máximo a ideia de que só o consumo em larga escala dos produtos animais é capaz de conservar o homem em boa saúde. Vamos fazer com que as fases de transformação industrial do alimento entre o produtor e o consumidor se multipliquem ao máximo, já que é nesta multiplicação que se avolumam os nossos lucros. Não é à toa que a indústria de produtos alimentares para animais é a nona mais importante nos Estados Unidos.

Se, em política, a ordem dos ditadores é “dividir para reinar”, em economia, a lei dos capitalistas poderia ser “dividir para ganhar”: do ponto de vista do capitalismo, o importante não é produzir alimentos, mas sim lucros através da produção de alimentos. E estes lucros serão tanto maiores quanto mais numerosas forem as etapas da produção de alimentos. Se um fazendeiro produz feijão, sem a utilização de qualquer insumo ou máquina, e vende diretamente este feijão na feira da cidade vizinha, só ele está obtendo lucros

com isso. Se, para a produção de feijão, ele necessita combater as pragas que atacam suas plantações através de adubos químicos, foi aberto então um caminho no qual o fabricante de adubos também poderá prosperar. A partir do momento que este feijão não é mais entregue ao público a granel, mas passa por um processo de ensacamento, o produtor de sacos plásticos também pode começar a esfregar as mãos de felicidade. E assim por diante.

Ora, esta subdivisão, em si mesma, não representa problema algum. Ao contrário, na maioria dos setores da produção social ela significa uma especialização e, portanto, uma possibilidade de desenvolver as capacidades produtivas humanas. Da mesma forma que em outros ramos, a divisão do trabalho no setor agroalimentar é fonte de muitos lucros. Mas com uma diferença importante: a repartição quase infinitesimal das atividades agroalimentares, que encomprida ao máximo a distância entre produtor e consumidor, traduz-se não pelo aumento, mas pela redução do produto. O resultado líquido é mais lucro, mas menos comida!

Entre produtor e consumidor, a separação pode ser transoceânica. Alguma vez você já pensou para onde vai a soja que expulsou o feijão e o arroz de nossas lavouras? Começemos do início: em primeiro lugar, a produção de soja, diferentemente do cultivo tradicional de feijão, arroz e mandioca, é altamente absorvente em máquinas e insumos (fertilizantes, defensivos, sementes selecionadas etc.). A soja, uma vez produzida, ao invés de encontrar o rumo da feira ou do armazém, como o feijão, vai para a indústria, onde é transformada em ração. Esta ração toma lugar em poderosos cargueiros, até chegar ao destino, no nosso caso, a Comunidade Econômica Europeia. Aí então a soja é vendida para pequenos criadores de animais, desembocando enfim (após passar por abatedouros e supermercados, é claro) no bife, na costeleta de porco ou no peito de frango.

Ora, a cada etapa desse processo encontram-se grandes grupos econômicos que têm todo interesse nessa parafernália: fertilizantes, defensivos e tratores são produzidos no Brasil por poderosas multinacionais. Multinacionais são também as empresas responsáveis pela maior parte de nosso parque de esmagamento de soja. Da mesma forma, não são bandeiras brasileiras que atravessam o Atlântico em direção à Europa. E assim por diante.

Veja então que, por um lado, trata-se de um processo altamente lucrativo para os grupos que dele se beneficiam. Mas, por outro lado, imagine o que custa em recursos energéticos e alimentares esse bife que tão alegremente o consumidor francês saboreia!

Essa irracionalidade lucrativa é regra, cada vez mais, mesmo nos países subdesenvolvidos. Você encontrará no Brasil, na Argentina, no Marrocos ou no Paquistão métodos de criação semelhantes aos aplicados nos Estados Unidos e na Europa. A imensa quantidade de famintos existente nos países subdesenvolvidos não impede que aí se pratique em larga escala a redução sistemática de calorias vegetais em animais, característica básica de nosso sistema alimentar contemporâneo. A razão é simples: uma vez que a concentração da renda dificulta a ampliação do mercado consumidor de produtos básicos, a “saída” para a agroindústria é fabricar gêneros que concentrem em si um valor econômico cada vez maior.

Nossa indústria de laticínios é um bom exemplo disso. Seus maiores lucros não vêm das vendas de leite, embora o consumo brasileiro do precioso líquido seja menos da metade do que recomendam as normas internacionais. Hoje em dia, as famílias pobres praticamente não tomam leite, e quando o tomam é uma água levemente alvejada, cuja gordura (onde se concentram as propriedades nutritivas do leite) fica na usina. Mas este subconsumo por parte de quem necessita é contrabalançado por um superconsumo de derivados do leite por parte de quem já está suficientemente abastecido em cálcio, proteínas, vitaminas etc.: iogurtes, queijos cremosos salgados e principalmente doces são o desaguadouro do produto que a miséria da população rejeitou. As camadas abastadas da população consomem (em excesso) uma verdadeira bateria de derivados do leite que os pobres não puderam comprar.

Evidentemente, não se trata de culpar o consumidor individual por essa distorção, mas sim a própria estrutura de distribuição da renda, que faz com que no país dotado de um dos maiores rebanhos do mundo o povo praticamente não tome leite.

Alimentar prioritariamente os homens

Perigo maior que a explosão populacional alardeada pelos neomalthusianos é, portanto, a verdadeira explosão de consumo por parte dos países ricos e das camadas abastadas das nações subdesenvolvidas. Se cada habitante do mundo comesse 250 gramas de carne por dia, um ovo, queijos, leite e derivados, tudo isso resultante de criações estabuladas e nutridas com rações, aí sim, não haveria alimentos para todos. Mas onde estaria o problema? No excesso populacional, ou na própria forma como, hoje, se fabrica o alimento e se concebe a refeição?

E é evidente que essa convivência entre super e subconsumo não se restringe ao terreno alimentar, mas constitui algo como a alma econômica do mundo atual. Cito apenas um dado que extrapola o nosso tema, mas que ajudará a compreender a essência da questão: embora contem com somente 6% da população mundial, os EUA consomem 35% do conjunto de recursos utilizados no planeta, incluindo alimentos, matérias-primas, produtos industriais etc. Os 200 milhões de norte-americanos consomem três vezes mais energia que os 3 bilhões de habitantes do Terceiro Mundo. Nesse sentido, se é importante uma melhor distribuição da renda que permita aos pobres (em cada país e em nível internacional) ter acesso a uma alimentação correta, é também fundamental que haja uma profunda modificação no *modelo alimentar* cada vez mais dominante em nossa civilização. É preciso que, além da aquisição de meios que permitam a melhoria nos padrões de consumo das massas, os alimentos *possam* ser adquiridos por todos. O método que transforma o mais em menos, que reduz sistematicamente os vegetais em produtos animais, é a fotografia mesma de um mundo onde os ricos vão obtendo cada vez mais, ainda que seja às custas de uma esterilização dos recursos que existem e poderiam satisfazer as necessidades de todos.

Estabular os animais e colocar seus produtos todos os dias e sob as mais variadas formas na mesa do consumidor (daquele que pode adquiri-los, é claro) é a melhor forma de concentrar os recursos alimentares disponíveis no mundo entre as mãos dos mais ricos. Nesse sentido, podemos dizer que a

fome só será um velho capítulo da evolução social quando a produção alimentar tiver por objetivo fundamental satisfazer as necessidades dos homens.

O alimento como arma de dominação

A terminologia militar vem invadindo, sintomaticamente, todas as áreas da vida social. No que se refere ao nosso tema, um dos grandes objetivos das Nações Unidas é o estabelecimento no mundo da *segurança alimentar*. Mas em que situação agrícola e alimentar mundial pode ser caracterizada como *insegura*?

Conforme estudamos nos capítulos anteriores, o perigo não está no tamanho das safras, tão abundantes que os EUA, por exemplo, pagam a seus agricultores para que estes *não produzam*. Mas se os celeiros estão repletos (ou ao menos suficientemente preenchidos), por que falar então em insegurança? Quem responde são as próprias Nações Unidas, através de sua Organização para a Agricultura e a Alimentação: a atual abundância encontra-se pessimamente distribuída entre as nações. Um punhado de países ricos, e sobretudo os EUA, exercem um tal controle sobre a produção e a comercialização mundiais de cereais que lhes permite reduzir os outros povos à sua mercê. O alimento hoje é uma arma de poder, isto é, de imposição de vontades e interesses.

O modelo agrícola e alimentar dominante no Ocidente não conduz apenas ao desperdício: ele é também um dos fundamentos da dependência econômica e política dos países pobres e, portanto, um importante instrumento de dominação imperialista.

A dependência crescente

Vimos no capítulo V que os países subdesenvolvidos foram levados, nas últimas décadas, a acentuar o caráter historicamente exportador de suas agriculturas, sacrificando muitas vezes o abastecimento interno. Tal como o melhor amigo do defunto que, após o enterro, passa imediatamente a cortejar a viúva tendo em vista seus belos (e valiosos) dotes, os países ricos vêm em socorro das nações pobres. É como se eles dissessem: “Produzam para nós e nós produziremos para vocês. Comida, isto é, cereais, nós temos de sobra, e nunca deixaremos que a penúria tombe sobre suas mesas. Café, frutas, soja, amendoim, algodão, especializem-se nestes produtos e deixem sua refeição por nossa conta”.

Seria um casamento perfeito, caso o mundo não fosse o que é. Mas nas atuais circunstâncias, trata-se de uma armadilha, de uma espécie de canto da sereia, cuja melodia enlevou inúmeros países. No mercado internacional, a relação entre nações pobres e ricas é bastante semelhante à que a sereia mantém com sua vítima. Dentro d'água, é claro...

Para obter aquilo que realmente interessa no mercado mundial, ou seja, dólares, os países subdesenvolvidos partem de uma desvantagem quase fatal: cada nação pobre possui uma ou duas matérias-primas como fonte básica de divisas. No Egito, por exemplo, 43% dos dólares obtidos dependem exclusivamente do algodão; o amendoim representa 44% das vendas externas do Senegal; quase 40% das exportações da Guatemala vêm de um só produto, o café, que mesmo no Brasil (uma economia bem mais diversificada que as anteriormente citadas), juntamente com a soja, tem um peso importante na receita cambial.

E daí, dirá o leitor? Vendem pouco, mas ao menos que tenham a sagacidade para vender bem. Mas, por mais sagaz que seja o rato, que pode ele encurralado diante do gato?

Espero que você nunca tenha sofrido a infelicidade de empenhar um bem seu junto a um usurário.

A joia ou relógio que você traz no bolso parece-lhe ter um valor inestimável. O homem do dinheiro, entretanto, olha-o com soberano desprezo e avalia: “dou-lhe tanto: é pegar ou largar”. Os credores batendo na sua porta, contas a pagar, você não tem outra saída: recebe o valor aviltado que lhe é oferecido.

Se você acha que minha comparação é exagerada, saiba que nós, nações subdesenvolvidas, exportamos cada vez mais e recebemos em troca cada vez menos. Nos últimos vinte e cinco anos, o *volume* das exportações dos países pobres aumentou cerca de 30% e seu *valor* subiu, em termos reais, somente 4%. Isto significa, por exemplo, que a Tanzânia, que em 1961 comprava um relógio suíço exportando 7,5 quilos de café, deveria vender, 10 anos mais tarde, 14,2 quilos de café para obter o mesmo relógio. No caso das bananas, três grandes empresas norte-americanas controlam 70% do comércio internacional. O resultado é que, em 1975, de um movimento total de US\$ 2,1 bilhões, os países produtores só receberam US\$ 245 milhões, pouco mais de 10%.

Vendendo cada vez mais o pouco que possuem, os países pobres veem-se na obrigação de comprar (também cada vez mais) o que precisam. Dessa forma, uma grande parte do pão nosso de cada dia atravessa os mares, antes de atracar em nossas mesas. A tal ponto que o Terceiro Mundo em seu conjunto, antes da 2ª Guerra Mundial, era exportador líquido de cereais. Ou seja, somando-se o movimento comercial entre todos os países do mundo, o resultado é que as nações pobres vendiam mais alimentos do que compravam. Hoje a situação inverteu-se: além de grandes potências industriais, o mundo desenvolvido possui um imenso poderio agrícola. Com isso, eles nos vendem mais comida do que aquilo que deles compramos. A América Latina, apesar da grande fertilidade de suas terras (aliás, subutilizadas, como vimos no capítulo IV) vem aumentando assustadoramente suas compras de alimentos. Em 1951-61, nosso volume de produtos agrícolas importados crescia a uma razão de 3,1% ao ano. Na década de 1960, as importações agrícolas latino-americanas aumentaram 6,2% ao ano. Em 1971-74, a média de alimentos importados crescia 12,3% ao ano. Nosso continente importa hoje de 10% a 15% do que come das nações industrializadas, quando teria todas as condições de ser autossuficiente.

E essa não é uma particularidade da América Latina, mas um traço geral do mundo pobre. Cada vez mais, nós produzimos a sobremesa dos países ricos, as rações de seus animais e, em contrapartida, importamos o prato de fundo de nossa refeição, os cereais, que são a base da alimentação das massas no Terceiro Mundo. Permita-me o leitor citar-lhe mais algumas cifras impressionantes a respeito: em 1961, os países subdesenvolvidos importavam 26 milhões de toneladas de cereais das nações industrializadas. Em 1978-79, esta cifra alcançava 80 milhões de toneladas. No ano 2000 os pobres dependerão dos ricos para sua alimentação de base em nada menos que 165 milhões de toneladas de cereais.

E quais são as mercearias ou os supermercados em que o Terceiro Mundo pode abastecer-se? Eis aí um dos mais graves problemas internacionais de nosso tempo: o mercado mundial de alimentos básicos vive numa situação de quase monopólio. Um só país, os EUA, possui poder para utilizar sistematicamente e em larga escala o alimento como arma de sua política e seus interesses econômicos. Os EUA, sozinhos, são responsáveis por nada menos que 50% das exportações mundiais de trigo, 30% das de arroz, 60% das de grãos forrageiros (que servem para a alimentação animal) e 50% das plantas oleaginosas. O perigo para os países pobres não está numa eventual perspectiva de escassez alimentar no plano mundial. No ano 2000, quando as nações pobres precisarão de 165 milhões de toneladas de cereais para alimentar seus povos, existirão no mundo, disponíveis para a exportação, 213 milhões de toneladas de cereais. Se este produto estivesse espalhado por uma infinidade de países, ele até que poderia beneficiar as nações subdesenvolvidas. No entanto, concentrado em um punhado de nações, e muitas vezes numa só, este superávit torna-se extremamente perigoso para os países que dele dependem: transforma-se num meio potencial de chantagem.

“Mãos ao alto: eu vou te ajudar”

No tempo que eu jogava futebol na rua, havia entre os meninos um personagem com poder especial: o dono da bola. Ele determinava o momento do início e do término da partida e às vezes chegava a impor (independentemente de suas qualidades esportivas) a posição em que iria jogar. Mas a condição básica para que o dono da bola exercesse o seu poder é que ele, e apenas ele, tivesse condições de satisfazer o desejo comum a todos de jogar, isto é, que só houvesse uma bola, a sua.

Transpondo esta imagem para a questão aqui discutida, podemos dizer que a dependência alimentar do Terceiro Mundo com relação aos países desenvolvidos (e sobretudo aos EUA) envolve não apenas os aspectos econômicos e sociais que analisamos acima, mas traz em si gravíssimas consequências políticas. A partir do momento em que há escassez e necessidades de um lado e abundância do outro, estão criadas as condições para que os alimentos se transformem numa arma, em instrumentos de dominação. E a operacionalidade, isto é, o funcionamento eficaz desta arma, supõe exatamente a unidade entre a escassez e a abundância. A arma alimentar não pode conviver, ao mesmo tempo, a longo prazo, nem com a escassez generalizada, nem com a abundância universal.

É verdade que a utilização dos alimentos como arma é tão antiga quanto a própria arte militar. Mas o emprego da alimentação para tal finalidade, até recentemente, ocorria efetivamente nas situações de guerra, era uma tática de desgaste do inimigo. O que caracteriza a utilização da arma alimentar hoje é que ela não supõe a deflagração de um conflito armado. Num mundo em que um confronto generalizado significaria possivelmente o extermínio da espécie, os instrumentos de dominação não diretamente militares adquirem uma importância fundamental. Hoje, mais que nunca, a paz é a continuação da guerra por outros meios, para usar a expressão de Clausewitz. E é evidente que o poder representado pela arma alimentar será tanto mais importante quanto maiores forem as necessidades de alimentos por parte de alguns países e mais concentrados os estoques mundiais num pequeno grupo de nações.

Hoje, com exceção da China, nenhum país do Terceiro Mundo é capaz de enfrentar uma penúria alimentar prolongada sem recorrer às importações. E mesmo em condições normais, de um conjunto de 90 países estudados pelas Nações Unidas, apenas 36 não são importadores líquidos de cereais. Ora, a América do Norte sozinha (Estados Unidos e Canadá) controla hoje nada menos que 58% do comércio mundial de cereais. Não há dúvida de que o mundo atualmente possui grandes estoques de cereais. Só que estes estoques estão concentrados igualmente num pequeno grupo de países.

Mãos ao alto: eu vou te ajudar.

Nesse sentido, o poder que detêm os Estados Unidos no mercado mundial de alimentos é uma verdadeira espada de Dâmocles suspensa sobre as cabeças de todos os povos. O próprio vice-presidente norte-americano em 1973, Hubert Humphrey, reconhecia que “os recursos alimentares são uma nova forma de potência. Eles são a riqueza. Eles são a nova vantagem na nossa diplomacia”. No mesmo sentido, Earl Butz, secretário da Agricultura do governo Ford, constatava em 1972 que “a agricultura é uma arma; é um de nossos principais instrumentos de negociação”.

É somente a partir deste quadro que se pode entender sem mistificação o sentido da ajuda alimentar que, há mais de 150 anos, os Estados Unidos espalham pelos mais diversos cantos do mundo. E o importante é que a própria ajuda contribui para o funcionamento da arma alimentar. Vimos rapidamente no capítulo II que a ajuda a inúmeros países após a 2ª Guerra Mundial foi altamente lucrativa para os EUA. Povo de espírito prático, os norte-americanos sempre acreditaram que mais importante que dar o peixe é ensinar a pescar, desde que os métodos da pescaria, a linha, o anzol, a vara e até o peixe adequado ao consumo seguissem os critérios científicos da “civilização superior” por eles incorporada. Um dos objetivos mais importantes da ajuda alimentar dos Estados Unidos logo após a Segunda Guerra Mundial era o de transformar os hábitos alimentares dos selvagens espalhados pelo globo e que ainda não tinham a felicidade de saber o quanto o trigo, o leite, o pão branco, os flocos industrializados eram o único caminho seguro para o bem-estar do corpo.

O senador democrata McGovern, diretor do programa *Food for Peace* (Alimentos para a Paz), revela claramente o sentido da ajuda alimentar com que os EUA brindam diversos países: “*Food for Peace* contribuiu para o nosso interesse nacional, desenvolvendo novas ocasiões de mercados comerciais. Uma parte substancial das vendas foi utilizada para a publicidade e a promoção dos produtos agrícolas americanos. As crianças das escolas que, no Japão, aprenderam a gostar de leite e do pão americanos no quadro dos programas de refeições escolares, estas crianças

contribuíram, desde então, a fazer do Japão nosso melhor comprador, em dólares, de produtos agrícolas”.

Mas além desses aspectos econômicos, a ajuda alimentar, apesar dos objetivos humanitários com que aparece, obedece claramente a critérios políticos. Citarei apenas dois exemplos. John Kennedy, presidente norte-americano que vendia ao mundo a imagem do bom moço preocupado com o sofrimento dos pobres, cortava imediatamente a ajuda alimentar ao país que mantivesse qualquer tipo de relação com Cuba ou o Vietnã do Norte. Isso, no início da década de 1960. Mais recentemente, os Estados Unidos bloquearam todo o fornecimento de cereais ao governo legalmente eleito do socialista Salvador Allende, voltando a se preocupar com a alimentação do povo chileno a partir do momento em que este era guiado pelas mãos seguras (embora ensanguentadas) do general Pinochet.

Conclusão

“Toda nossa economia está baseada na obsolescência planejada e todos quantos podem ler sabem disso agora. Fazemos bons produtos, convencemos as pessoas a comprá-los e no ano seguinte introduzimos deliberadamente algo que torne os novos produtos velhos e obsoletos. Não é desperdício organizado. É uma sólida contribuição à economia americana”.

A fome é um fenômeno tão antigo que aprendemos, resignadamente, a conviver com ela, a tratá-la como uma fatalidade mais forte que nós; pior ainda, como um acontecimento natural e inevitável como, por exemplo, a morte. Quero terminar este livro apresentando ao leitor mais uma grande contradição de nossa época. É verdade que nunca anteriormente, em toda a História, a fome castigou tanta gente ao mesmo tempo. Apesar disso, pela primeira vez, começa a surgir a consciência de que as coisas poderiam ser diferentes.

O caráter social – e não natural – da fome contemporânea é, a meu ver, um fator de esperança e não de ceticismo. Ninguém em sã consciência pode almejar a vida eterna, ou mesmo a felicidade total e absoluta. Mas um mundo sem fome, onde este fator de degradação moral e física da espécie tenha sido eliminado, eis um objetivo perfeitamente realizável a curto prazo.

São poderosas e violentas, como vimos, as forças que se nutrem da miséria alimentar das massas. Mas a evidência de que o flagelo da fome nada mais é que o reverso da moeda do desperdício é flagrante demais para que a situação permaneça como está.

O que deve ser colocado em questão não é apenas a distribuição daquilo que a humanidade já produz. É também a modificação na própria maneira de se produzir, da ideia que nós temos da riqueza e do conforto. O padrão de consumo de nossa civilização – do qual o modelo alimentar estudado no capítulo VI é um exemplo – é incompatível com a justiça social. Só pode

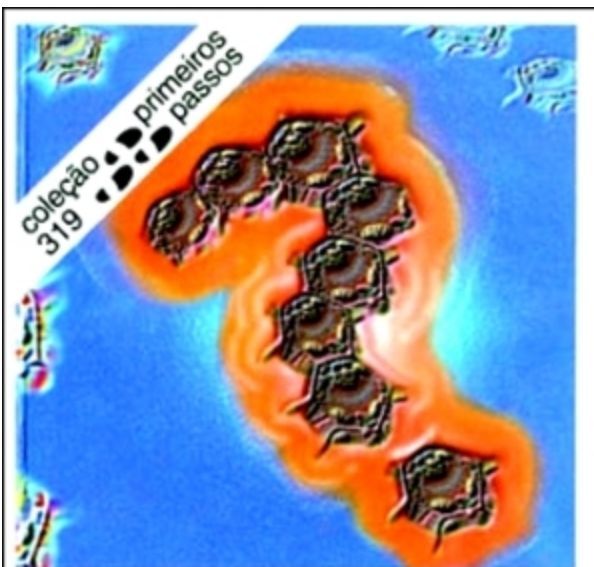
haver tanto desperdício num mundo fundamentado na desigualdade. É preciso um novo modelo de civilização para destinar o alimento prioritariamente à satisfação das necessidades dos homens e não da fome insaciável de lucros e de dominação dos poderosos.

Indicações para leitura

É brasileiro o mais importante pensador sobre os problemas alimentares do mundo contemporâneo: o médico, geógrafo e antropólogo Josué de Castro, morto no exílio em 1973. O momento mais iluminado de toda a sua obra é a *Geografia da Fome*, reeditada recentemente. Do mesmo autor, a *Geopolítica da Fome* é um livro consagrado pela crítica internacional, mas infelizmente esgotado no Brasil. O melhor livro (aliás, de leitura muito agradável) sobre o tema publicado nos últimos anos é o *Mercado da Fome*, de Susan George, com tradução em português. Muito interessante (embora mais denso e mais pesado que o anterior) é o livro de Sophie Bessis, *L'Arme Alimentaire*, publicado pela Maspero, mas não traduzido para o português. De autores brasileiros, podemos citar duas obras recentes: *Fome, Agricultura e Política no Brasil*, de Antônio Estevam Lima Sobrinho (Vozes) e *Os Lucros da Fome*, de Miranda Neto (Achiomé). O melhor livro sobre a política agrícola norte-americana, infelizmente, não foi traduzido para o português: *Les États Unis et la Stratégie Alimentaire Mondiale*, de Alain Revel e Christophe Riboud (CalmanLévy). Ainda para quem puder ler em francês, ou inglês, recomendo os trabalhos dos pesquisadores californianos Frances More Lappé e Joseph Collins. Destes autores, traduzido para o francês, é interessante e muito bem escrito *L'Industrie de la Faim* (L'Etincelle). Para o conhecimento mais aprofundado do pensamento de *Malthus*, vale a pena ler o livro de Tamás Szmrecsányi publicado pela editora Ática e que tem por título o nome do economista inglês.

Biografia

Não foi, evidentemente, um prato vazio que me motivou ao estudo do problema da fome, mas sim a pesquisa: após ter completado minha graduação em filosofia e trabalhado como editor de agropecuária no *Diário Comércio e Indústria*, passei a desenvolver atividades de pesquisa no Estado do Paraná. Entre 1977 e 1980 trabalhei na região Sudoeste do Paraná, em busca das consequências sobre o campesinato das transformações introduzidas no campo durante os anos 1970. A partir disso fiz minha dissertação de mestrado no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. No ano de 1983 termino uma pesquisa sobre as mudanças nos padrões de consumo e abastecimento dos assalariados rurais no Norte do Paraná. Estas pesquisas são realizadas no quadro da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), instituição de pesquisa e educação popular, onde trabalho. Além disso, sou professor do Departamento de Economia da PUC/SP e da USP e delegado para o Estado de São Paulo da Associação Brasileira de Reforma Agrária.



Marília Bernardes Marques

O QUE É CÉLULA-TRONCO

editora brasiliense

O que é célula-tronco

Marques, Marília Bernardes

9788511350579

105 páginas

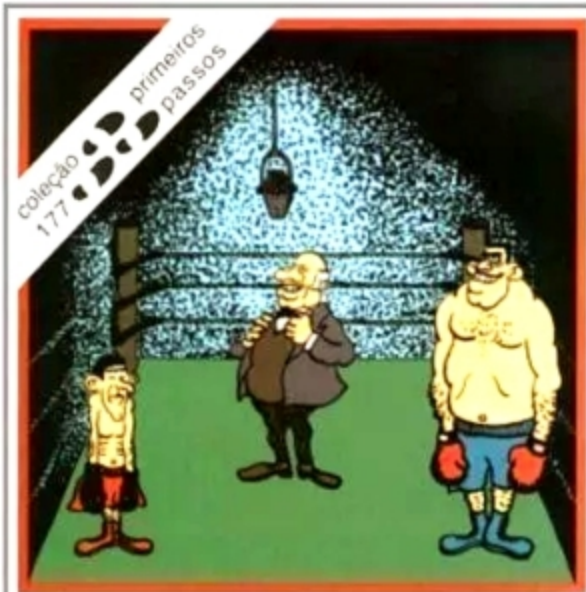
[Compre agora e leia](#)

Este livro é uma condição oportuna e indispensável ao enriquecimento de um dos temas contemporâneos mais desafiadores envolvendo a ciência: o uso das células-tronco embrionárias.

A autora aborda o tema com um enfoque abrangente e integrador, descrevendo e analisando a forma histórica e social assumida, até o presente, pelo dilema que ferve a cada dia nas páginas dos jornais do mundo todo.

Analisa uma a uma as justificações presentes nas numerosas visões em confronto, prudentemente tentando manter a devida distância dos indisfarçáveis interesses em jogo.

[Compre agora e leia](#)



Álvaro L. M. Valls
**O QUE É
ÉTICA**

editora brasiliense

O que é ética

Valls, Álvaro L. M.

9788511351200

61 páginas

[Compre agora e leia](#)

Não existe povo ou lugar que não tenha noções de bem e mal, de certo e errado. Da Grécia antiga aos nossos dias, a ética é um conceito que sempre esteve presente em todas as sociedades.

Mas, apesar disso, as dúvidas são muitas. Seria a ética apenas um princípio supremo que atravessa toda a história da humanidade? E numa sociedade capitalista, qual a relação entre ética e lucro?

[Compre agora e leia](#)



Maria Amélia de Almeida Teles

**O QUE SÃO
DIREITOS HUMANOS
DAS MULHERES**

editora brasiliense

O que são direitos humanos das mulheres

de Teles, Maria Amélia Almeida

9788511350302

130 páginas

[Compre agora e leia](#)

Sempre houve preconceito contra a discussão das questões específicas das mulheres. Não se concebia que mulheres violentadas por seus maridos/companheiros, espancadas e assassinadas sob a alegação de defesa da honra tinham seus direitos humanos violados. Considera-se normal que mulheres tenham salários mais baixos que homens, que mulheres sejam alvo das ações masculinas de assédio sexual, de estupro e demais tipos de violência de gênero. É como se os direitos do homem incluíssem os da mulher, ou como se estes fossem secundários. A exclusão da cidadania das mulheres está arraigada em nossa cultura. É preciso tratar o tema recuperando os conceitos históricos e as lutas políticas já travadas para conquistar a igualdade. Consolidar os direitos humanos das mulheres é prioridade para uma sociedade justa e digna.

[Compre agora e leia](#)



Carlos Rodrigues Brandão

O QUE É EDUCAÇÃO POPULAR

editora brasiliense

O que é educação popular

Brandão, Carlos Rodrigues

9788511350562

95 páginas

[Compre agora e leia](#)

Normalmente, a educação é pensada em domínios restritos como a Universidade, a alfabetização, o Ensino Médio e a supervisão escolar. Na maioria das vezes ela não é analisada em seu cotidiano, a cultura.

A educação propriamente dita é um domínio de ideias e práticas regidas pelas diferenças entre as diversas realidades sociais. Mais do que pensar em domínios restritos, é necessário pensar no modo de ser da educação popular e nas várias formas e situações que ela possui hoje em dia: a educação na comunidade primitiva, no ensino público, nas classes populares e na sociedade igualitária.

A educação pode ser tanto uma forma de opressão quanto uma forma de libertação. Isto depende apenas de como ela é pensada e praticada.

[Compre agora e leia](#)



Roberto Lyra Filho

O QUE É DIREITO

editora brasiliense

O que é direito

Filho, Roberto Lyra

9788511010626

100 páginas

[Compre agora e leia](#)

Quais as relações entre Direito e Justiça, Direito e ideologia, Direito e conflito social? Em linguagem clara e precisa, o professor Roberto Lyra discute as várias dimensões do direito, apresentando-o não como conjunto imutável de regras, mas como atividade em permanente transformação: "A maior dificuldade, numa apresentação do direito, não será mostrar o que ele é, mas dissolver as imagens falsas ou distorcidas que muita gente aceita como retrato fiel."

[Compre agora e leia](#)